

Relatório & Contas 2012

Índice

Parte I – Relatório de Atividades.....	3
Introdução.....	5
Estrutura orgânica	9
Projetos e ações desenvolvidas	10
Direção de Novas Apostas	10
Direção de Marketing	11
Direção de Gestão Comercial	14
Direção Técnica de Operações	15
Gabinete de Relações Internacionais	16
Gabinete de Jogo Responsável	18
Gabinete de Assuntos Jurídicos	20
Gabinete de Segurança e Qualidade	21
Unidade de Suporte à Gestão	23
Recursos humanos	29
Análise da exploração dos Jogos Sociais.....	32
Indicadores.....	42
Parte II – Demonstrações Financeiras	47
Balanço em 31 de dezembro	49
Demonstração dos resultados por naturezas	50
Demonstração das alterações no capital próprio.....	51
Demonstração dos fluxos de caixa.....	52
Anexo às demonstrações financeiras	53
1. Introdução	53
2. Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras	54
3. Principais políticas contábilísticas	55
4. Fluxos de caixa.....	70
5. Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros.....	71
6. Ativos fixos tangíveis	72
7. Ativos intangíveis.....	73
8. Participações financeiras - outros métodos	74
9. Outros ativos financeiros.....	74
10. Inventários.....	76
11. Mediadores.....	77
12. Estado e outros entes públicos.....	78
13. Outras contas a receber	78

14. Diferimentos – gastos a reconhecer	80
15. Fundo social	81
16. Resultados transitados	81
17. Outras variações no capital próprio.....	83
18. Provisões.....	83
19. Responsabilidades por benefícios pós-emprego e outros.....	84
20. Fornecedores	87
21. Prémios a pagar	87
22. Outras contas a pagar	88
23. Diferimentos – rendimentos a reconhecer	89
24. Rédito.....	90
25. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	91
26. Fornecimentos e serviços externos	92
27. Gastos com o pessoal	93
28. Outros rendimentos e ganhos	93
29. Outros gastos e perdas	94
30. Juros e gastos e rendimentos similares	94
31. Compromissos	94
32. Matérias ambientais	95
33. Partes relacionadas.....	95

Parte I

Relatório de atividades

Introdução

O presente documento consubstancia o Relatório e Contas do Departamento de Jogos do ano de 2012, dando assim cumprimento ao determinado no Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, que aprovou os atuais Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML).

Tendo o jogo a dinheiro, incluindo os Jogos Sociais do Estado explorados pelo Departamento de Jogos da SCML, um comportamento pró-cíclico, o exercício que findou decorreu, como esperado, num quadro macroeconómico muito adverso, em resultado não só do processo de ajustamento em curso da economia portuguesa, mas também da deterioração do ambiente económico internacional, em especial da União Europeia.

Na realidade, a atividade económica, medida pelo PIB, ter-se-á contraído 3,2%, o emprego reduzido 4,3% e o consumo privado deverá ter decrescido quase 6% em volume.

Apesar deste enquadramento adverso, as vendas brutas dos Jogos Sociais do Estado (JSE) atingiram um máximo histórico de 1.729 milhões de euros, representando um crescimento de cerca de 5,3% relativamente a 2011.

Este comportamento é só aparentemente contraditório com o que atrás se disse sobre o carácter pró-cíclico dos JSE. De acordo com os dados disponíveis, a despesa total das famílias em jogo a dinheiro ter-se-á reduzido significativamente, como seria de esperar, com especial ênfase nos tipos de jogos disponibilizados pelos Bingos e Casinos e em alguns tipos de jogo ilegal. Mas para além dessa redução, também houve um processo de substituição dessa despesa em favor dos JSE e em especial da lotaria instantânea ou raspadinha.

Efetivamente, o exercício económico do Departamento de Jogos caracterizou-se pelo aprofundamento da estratégia de atualização da oferta legal dos Jogos Sociais, no quadro das orientações definidas pelo Estado, por forma a assegurar a proteção da ordem pública, a preservação do património das famílias e a prevenção do jogo excessivo.

Na verdade e tendo presente o florescimento, em anos anteriores, do mercado ilegal de jogo a dinheiro, cabe ao Departamento de Jogos, no estrito cumprimento das políticas públicas oportunamente definidas, para além das medidas de repressão daquela atividade, privilegiar a canalização para a sua oferta legal daquela procura.

Neste capítulo, foram postas em prática várias medidas que se traduziram num crescimento muito significativo da Lotaria Instantânea, uma vez que este jogo não só reúne características importantes para combater o jogo ilegal como é aquele que os resultados dos estudos realizados no início do ano apontam como tendo maior margem de progressão:

- Foram lançados no mercado vários jogos novos, com especial ênfase para a série *win for life* (“pé-de-meia” e “super pé-de-meia”);

- Foi reforçada a capacidade de resposta à procura, introduzindo-se melhorias logísticas no Departamento de Jogos;
- Foi levada a cabo uma estratégia de comunicação que visou conferir maior notoriedade à raspadinha.

Naturalmente e tendo presente que a maximização dos resultados a distribuir ao Estado não é um objetivo, em si mesmo, da política superiormente definida, estando antes subordinado à prossecução da proteção da ordem pública, os Resultados Líquidos da exploração dos JSE atingiram cerca de 535 milhões de euros, traduzindo um crescimento de apenas 1,6% relativamente a 2012, uma vez que se registou uma alteração da estrutura das vendas em favor da Lotaria Instantânea, jogo que tem um *pay-out* médio superior ao praticado nos atuais jogos de apostas mútuas explorados pelo Estado.

Nestes termos, os objetivos estratégicos definidos concretizaram-se em três eixos fundamentais:

- Base de conhecimento, com recurso a informação externa e melhor sistematização da informação interna existente;
- Eficiência, designadamente através da melhoria de processos e procedimentos;
- Inovação, em que assenta a sustentabilidade dos Jogos Sociais do Estado, com recurso à criatividade, à tecnologia e à informação.

Aliás e tendo presente estes eixos, foram definidos seis objetivos operacionais para o Departamento de Jogos em 2013 que asseguram a continuidade da estratégia traçada: melhoria da rendibilidade; incremento da comunicação com os *stakeholders*; alargamento da base de apostadores; aprofundamento do conhecimento da atividade; aumento da segurança dos apostadores e mediadores; e alargamento do portefólio de jogos.

Ainda no exercício de 2012 foram desenvolvidos projetos estruturantes da concretização daquela estratégia, designadamente os relativos ao suporte e crescimento da atividade e os concernentes à otimização de infraestruturas, quer físicas, quer tecnológicas, que permitiram solidificar o alargamento da exploração assente em pilares como a idoneidade, a segurança e a inovação, e que cuja descrição é feita de forma mais detalhada nos capítulos seguintes do presente documento.

De igual modo, o Departamento de Jogos intensificou a comunicação com os seus principais *stakeholders*, em especial com os apostadores, os mediadores, os órgãos de comunicação social e o público em geral. O exemplo provavelmente mais marcante deste esforço terá sido a campanha institucional dos Jogos Santa Casa, sob o lema “Há mais em Jogo”.

Prosseguiu-se, assim, a divulgação dos benefícios dos Jogos Sociais para o Estado e sobretudo para a sociedade em termos, por um lado, da proteção da ordem pública, do património das famílias e da prevenção do crime e, por outro, do financiamento das políticas sociais, desde a segurança social, à promoção da saúde e da educação e ao apoio ao desporto.

A este propósito foi revista a política de patrocínios do DJ/SCML no sentido de apoiar as iniciativas da Sociedade Civil que se inscrevam naqueles objetivos e que contribuam para manter a esperança na capacidade de superação das dificuldades que a vida coloca a todos: estivemos presentes no Desporto, em eventos do Atletismo, do Rugby, do Futebol, entre outras modalidades, na Cultura, apoiando a música, o *design*, o artesanato, entre outras áreas, e de Norte a Sul de Portugal.

Por outro lado e ao longo do exercício, foram preparadas e submetidas à Tutela propostas necessárias à mais eficiente exploração dos Jogos Sociais, designadamente alterações ao Regulamento dos Mediadores dos Jogos Sociais do Estado, estabelecendo-se as condições de autorização e regras para o exercício da atividade de mediação com recurso ao sítio da Internet www.jogossantacasa.pt, permitindo aos apostadores realizarem as suas apostas nos jogos sociais num ambiente controlado e assistido, mantendo uma política de jogo responsável e de responsabilidade social.

Foram igualmente preparadas propostas para revisão dos regulamentos dos Jogos Sociais do Estado, procurando a uniformização de algumas regras.

Adicionalmente e no contexto europeu, o Departamento de Jogos da SCML acompanhou atentamente os processos de decisão no âmbito da regulação do jogo a dinheiro, na sequência, entre outros, da publicação das conclusões do Livro Verde da Comissão Europeia, bem como de diversos procedimentos do Parlamento Europeu, no sentido de garantir que é mantida nos diferentes Estados Membros a competência exclusiva de regular esta área reconhecidamente especial. A este nível, foi não só assegurado o contencioso comunitário relativo à defesa do monopólio do Estado em matéria de jogos a dinheiro, intervindo em diversos processos de reenvio prejudicial, mas também apoiados os trabalhos preparatórios do Estado Português no âmbito da revisão da Diretiva “Branqueamento de Capitais” e da Diretiva “Concessões”.

Ainda a nível comunitário, destaca-se, dada a sua especial relevância, a “Comunicação da Comissão Europeia sobre o jogo em linha” e as iniciativas que a antecederam e que se lhe seguiram, as quais têm sido seguidas de perto pelo DJ/SCML. Na sequência da supra referida Comunicação destaca-se ainda a participação no grupo de peritos constituídos pela Comissão Europeia, bem como a intervenção nas reuniões de um grupo de reguladores europeus de jogo.

Nestes termos e tendo em consideração a dimensão de coordenação de diferentes posições nacionais sobre muitas das questões acima mencionadas, o Departamento de Jogos manteve uma participação muito ativa nas organizações internacionais de que é membro (WLA – *World Lottery Association*, EL – *European Lotteries* e CIBELAE – *Corporación Iberoamericana de Loterías y Apuestas de Estado*). Neste quadro, um representante do DJ/SCML foi eleito para a Comissão Executiva da EL e para a Junta Diretiva da CIBELAE. Foram, ainda neste âmbito, aprofundados os mecanismos de comparação das estruturas de mercados, meios e resultados com as Lotarias congéneres.

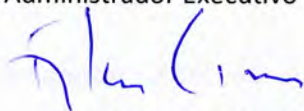
Por outro lado, continuou a ser conferida prioridade à cooperação com as Lotarias dos Países de Expressão Oficial Portuguesa.

Adicionalmente, o DJ/SCML acompanhou a evolução legislativa e demais instrumentos regulatórios a nível nacional. A este propósito destaca-se o acompanhamento dos trabalhos da Comissão Interministerial para o estudo do jogo *on-line*.

Em conclusão, o ano que findou foi de grande exigência para o Departamento de Jogos da SCML, pelo que cumpre sublinhar o esforço e empenhamento dos seus funcionários na resolução dos problemas e na proposta de caminhos e de soluções, abrangendo neste reconhecimento os trabalhadores dos serviços instrumentais da SCML.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2013

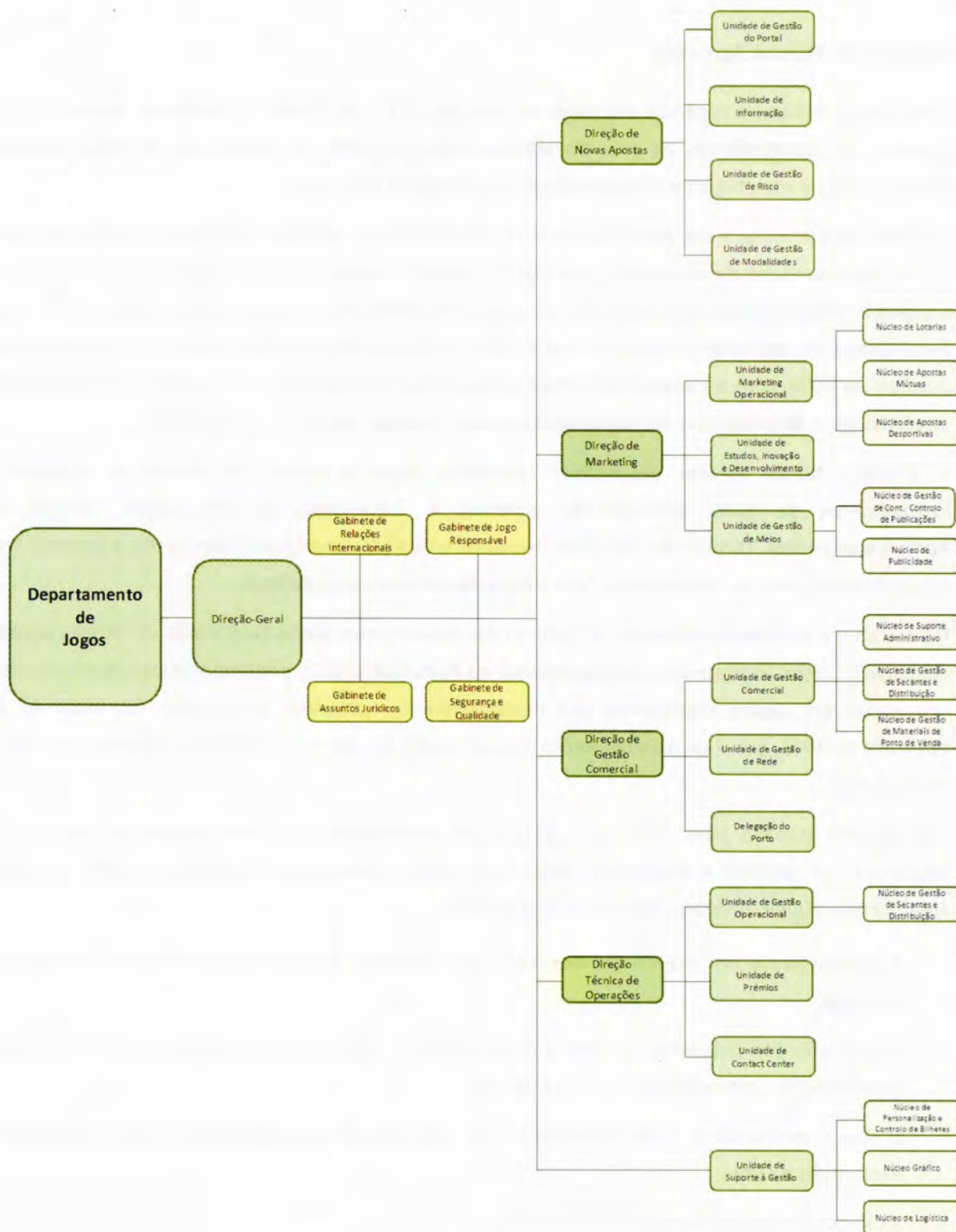
O Administrador Executivo



(Fernando Eduardo Cabral Paes de Sousa Afonso)

Estrutura orgânica

A estrutura orgânica que vigorou em 2012 é a seguinte (Deliberação de Mesa n.º 473, de 23 de dezembro):



Projetos e ações desenvolvidas

Principais atividades desenvolvidas no ano de 2012 pelas estruturas funcionais do Departamento de Jogos.

Direção de Novas Apostas

Com a nova estrutura orgânica aprovada no final de 2011, foi criada a Direção de Novas Apostas (DIRNA) com competências na área do planeamento, da gestão e do controlo de novas apostas, enquadradas na estratégia de dinamização dos Jogos Santa Casa (JSC).

A DIRNA desenvolveu a sua atividade em 2012 com base em projetos e ações novas não previstas. Foi incluído no Plano de Atividades para 2012 o projeto “Novas apostas desportivas”, integrando a estratégia definida pelo Departamento de Jogos de desenvolver a carteira de produtos JSC, pela necessidade de rejuvenescimento da sua oferta (o último lançamento de um novo jogo data de outubro de 2004, com o Euromilhões), mais adequada às motivações do mercado e aos desejos dos apostadores, e de preencher um vazio legal no canal Internet para este tipo de oferta.

O projeto “Novas apostas desportivas” envolveu todas as áreas do DJSCML e os serviços instrumentais da SCML (Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação, Direção de Aprovisionamentos, Direção de Recursos Humanos e Direção Financeira), bem como a parceria com entidades externas que detêm *know-how* e experiência neste tipo de jogo.

Na estratégia de desenvolvimento do projeto foi definido que numa fase inicial as “Novas apostas desportivas” estarão presentes exclusivamente no Portal JSC (PJSC), prevendo-se simultaneamente o seu acesso em alguns mediadores que demonstrem ter potencial de negócio. No início de 2.º semestre de 2013, prevê-se o alargamento da exploração aos terminais de jogo instalados na rede de mediadores.

Este projeto transita para 2013 na sua fase de implementação, visto aguardar-se autorização legislativa que permita a exploração deste novo jogo, tendo-se concretizado em 2012 as ações conducentes àquele objetivo, das quais se destacam:

- A realização de um estudo de mercado para avaliação do potencial deste tipo de jogo em Portugal;
- A definição dos requisitos funcionais e operacionais, bem como do modelo de oferta do jogo (modalidades, competições e tipos de aposta);
- O desenvolvimento e a implementação de uma arquitetura tecnológica para o sistema de exploração do jogo;
- A criação de uma nova área de jogo no PJSC;
- Os processos e procedimentos associados à sua exploração.

Em complemento, foi também elaborado o anteprojeto de Portaria que irá regulamentar este novo jogo.

Como fase piloto de teste para o acesso ao Portal Jogos Santa Casa (PJSC) nos mediadores, e enquadrado neste projeto, foi desenvolvido e concretizado na parte final do ano (novembro) o subprojecto “Portal_Med”, tendo-se para o efeito alterado, em conformidade, a Portaria do Regulamento dos Mediadores (autorização específica para a disponibilização de uma ligação ao PJSC nos estabelecimentos dos mediadores e de acordo com requisitos mínimos estabelecidos).

Englobada na estrutura orgânica da DIRNA, a Unidade de Gestão do Portal (UGP) concluiu em abril de 2012, o Projeto de *Redesign* do PJSC, que transitou do ano anterior, e que se propunha rejuvenescer a sua imagem gráfica, acrescentar maior usabilidade e adequar o PJSC a plataformas móveis. Para a concretização destes objetivos, dando sequência às ações já desenvolvidas em 2011, foram concluídas no presente ano as seguintes ações:

- Aprovação da proposta criativa para a nova imagem do PJSC;
- Testes de aceitação da solução final a implementar;
- Formação interna a grupos alvo específicos;
- Campanha de lançamento junto a apostadores registados no PJSC.

Como principais resultados deste projeto, e que podem avaliar a sua notoriedade e impacto, nos Prémios Anuais Sapo, o *Redesign* do PJSC obteve um “Sapo de Bronze”, na categoria de “Serviços”, premiando o novo *design*, a navegação mais funcional e a compatibilidade com novas plataformas: *smartphones* e *tablets*. Em termos quantitativos, nas audiências *Netpanel* da Marketest, o PJSC obteve em 2012 o maior número de visualizações entre os *sites* de jogo, com 147 milhões.

Direção de Marketing

2012, foi um ano particularmente estimulante face ao contexto económico adverso.

Das diversas iniciativas efetuadas, destacam-se:

- A Direção de Marketing passou a ter sob sua responsabilidade direta todo o trabalho inerente à negociação, planeamento, compra e gestão do espaço de média utilizado para a comunicação, pelo facto de, desde maio de 2012, deixar de contar com a prestação desses serviço por parte de uma agência de média.

- Em 2012 a Raspadinha registou um record de vendas, revelando um ritmo de crescimento assinalável (+ 81,7% vs 2011). De sublinhar que a Raspadinha, contou com o lançamento da Raspadinha “Super Pé-de-Meia”, um novo elemento da família “Pé-de-Meia” sob o conceito *win for life*, que, por um lado foi inovadora e arrojada, uma vez que foi lançada com o preço mais elevado alguma vez usado em jogos da Raspadinha em Portugal (5€) e, por outro, registou vendas assinaláveis tendo sido necessário realizar 4 novas encomendas do jogo desde o seu lançamento, a 20 de agosto de 2012 (com uma emissão total de 24.000 bilhetes), para garantir que a procura fosse (minimamente) satisfeita;
- Lançamento da campanha institucional “Há mais em jogo”. Esta campanha multimédia marcou uma viragem quanto ao tom e à abordagem usados relativamente ao destino do dinheiro gerado pelos jogos explorados pela SCML.

De acordo com a avaliação, a campanha contribuiu para clarificar que todo o dinheiro apostado pela Sociedade Ihe é devolvido quer através dos prémios, quer do financiamento de boas causas;

- Foi lançado a nível nacional o concurso de criatividade “Lotaria à Portuguesa” que constituiu um projeto iniciado em 2012 e se estenderá por 2013. Este concurso decorreu com sucesso e cumpriu amplamente os objetivos que Ihe estiveram subjacentes, a saber: conquistar a sociedade portuguesa, especialmente os públicos mais “distantes” (como jovens e mulheres), através de mecânicas com associação a referências com que estes públicos se identifiquem mais, nomeadamente o *design* e a criatividade (contou com uma percentagem superior a 40% de candidatos com idades entre 18 e 34 anos); associar a Lotaria Clássica a abordagens mais inovadoras, contribuindo para o posicionamento desta marca como um “clássico contemporâneo”.

Pretendeu-se, na fase inicial, comunicar segmentadamente com potenciais candidatos à apresentação de propostas criativas e, nas fases posteriores, envolver o público em geral:

- Fase 1 - Lançamento do concurso Lotaria à Portuguesa;
- Fase 2 - Divulgação dos 20 finalistas, selecionados pelo Júri do concurso e convite para a exposição das 20 melhores obras;
- Fase 3 - Divulgação das 6 obras vencedoras;
- Fase 4 - Utilização das 6 criatividades em 6 Extrações da Lotaria Clássica em 2013.

Este projeto enquadra-se numa decisão estratégica relativa à Lotaria Nacional com o objetivo tornar as Lotarias Clássica e Popular graficamente mais diferenciadas (foi feito um *redesign* das frações desde o terceiro trimestre de 2012), posicionando a Lotaria Clássica como “um clássico moderno e atual”, recorrendo a fotografias para o *design* das suas frações, posicionando-se a Lotaria Popular num eixo mais jovem, mas simultaneamente de maior qualidade, recorrendo um traço gráfico contemporâneo e moderno.

- Desenvolvimento de uma estratégia de comunicação inovadora para a Lotaria Clássica do Natal, associando-a à esperança como motor de ultrapassagem das dificuldades das famílias e do País.

De salientar que este projeto extravasou o âmbito estrito da marca Lotaria Clássica e do produto Lotaria Clássica de Natal, tendo sido antes “a âncora” para manter bons níveis de notoriedade e gerar forte envolvimento com os JSC, uma vez que se trata do produto mais tradicional e fortemente emblemático, agregando, pela sua história e tradição, mais valor na perceção da missão dos Jogos Sociais do Estado e da própria SCML.

Este projeto contou com 3 fases:

- Fase 1 – Lançamento da Edição Lotaria do Natal 2012;
- Fase 2 – Geração de visitas ao ponto de venda e incremento da compra média;
- Fase 3 – Envolvimento e participação.

Os principais objetivos da primeira fase centraram-se em comunicar a disponibilidade do produto para compra e captar a atenção de um *target* que não se consegue atingir noutros momentos do ano - Emigrantes. Esta fase ocorreu com sucesso, sendo que em termos de resultados podemos observar um aumento de 63% no levantamento de jogo físico e um crescimento de 35,8% das vendas no Portal e nos terminais face ao ano anterior, à mesma data (até Novembro).

Na segunda fase pretendeu-se envolver os apostadores no ponto de venda, tendo sido desenvolvidas promoções específicas deste produto.

Na terceira fase o objetivo foi criar envolvimento com a marca, despertando as recordações associadas a este produto como parte da tradição desta quadra. Para além deste efeito de notoriedade e associação, pretendeu-se gerar um elevado envolvimento dos portugueses e uma ativa e efetiva participação na ação/ativação desenvolvida.

Em termos globais, os resultados obtidos demonstram o sucesso da estratégia desenhada e respetiva implementação:

- Vendas - aumento das vendas de + 9,4% face a 2011;
- Canais - aumento em todos os canais de vendas, sendo que o maior aumento percentual se registou nos terminais da rede comercial, com + 36,9% face a 2011;
- Rebate - as extrações subsequentes, também pelo efeito de rebate potenciado pelo sucesso da Lotaria Clássica do Natal, registaram igualmente aumentos assinaláveis de vendas: Lotaria do Fim de Ano (+16,4%);
- Comportamento de vendas nos mediadores: 4.472 mediadores venderam pelo menos uma fração, sendo que passou de 434 para 78, o número de mediadores que não venderam uma única fração, face ao ano anterior;

- Atração de novos públicos: durante 3 semanas, conquistaram-se 741 fãs no *Facebook*, dos quais 53,7% são mulheres, faixa etária 25-34 anos;
- Maior envolvimento emocional, mobilização e efetiva participação: estima-se que 10.000 pessoas tenham participado no evento “Estrela da Lotaria do Natal”, junto à Torre de Belém, uma média de 2.000 pessoas/dia, com uma presença estimada de 3 horas; foram colocadas 3 camadas de mensagens de esperança no Mural disponibilizado para o efeito; 4.411 pessoas partilharam conteúdos através do *Facebook*; a parceria com a TVI permitiu maiores níveis de credibilidade e envolvimento assim como potenciar os níveis de mobilização através da presença no jornal das 20h.

De salientar que a decisão estratégica e inovadora para os JSC de estabelecer parcerias com os principais suportes de cada meio de comunicação social demonstrou ser acertada, tendo conduzido a resultados francamente acima do que inicialmente era expectável. Exemplo disso são os resultados obtidos em TV com a TVI (canal exclusivo da campanha) em que obtivemos + 150% GRPs (1622 em vez de 649 GRPs), tendo sido impactada 85% da população adulta portuguesa, pelo menos 6 vezes em média, com um custo significativamente abaixo do previsto (- 60%).

Se considerarmos o media mix utilizado na comunicação certamente que mais de 90% da população portuguesa foi impactada pela Lotaria Clássica de Natal em 2012.

Em suma, estes factos permitem concluir do sucesso deste projeto, a nível de notoriedade, envolvimento e identificação, mas também de crescimento das vendas.

O Departamento de Jogos retomou a realização de diversos Estudos de Mercado, salientando-se entre eles: “Avaliação do Mercado de Jogos”; “Avaliação do Potencial de Apostas Desportivas em Portugal” e “Estudo para estimar a dimensão do mercado de apostas *online* em Portugal”. Estes estudos revestem-se de particular importância para uma gestão profissional do atual portfólio e para uma adequada gestão da potencial inovação dos JSC associada ao alargamento da oferta dos jogos de Apostas Desportivas.

Direção de Gestão Comercial

Foram no ano de 2012 tomadas medidas de gestão e funcionamento que adequem a rede Comercial à dinâmica global dos JSC:

- Intensificou-se a verificação e a atualização da titularidade das mediações pelos serviços comerciais. Resultante do contexto económico, com o aumento das “cessões de atividade comercial” e “cedências de negócio”, aumentou o número de processos de mediadores, que atingiram os 1.295 em 2012, traduzindo-se num incremento de 65% em relação ao ano anterior. Efetuou-se a revisão dos processos e procedimentos de gestão administrativa de mediadores, promovendo a consequente celeridade.

- Foi criado o “Portal_Med”, disponibilizando ao Mediador uma ligação no ponto de venda ao Portal Jogos Santa Casa, através do sítio www.jogossantacasa.pt, permitindo alargar a oferta de apostas através deste canal. Para o efeito procedeu-se à alteração o Regulamento de Mediadores, através da Portaria n.º 216/2012, de 18 de julho. Foram abordados os mediadores com maiores receitas médias semanais de cada distrito, com a proposta de disponibilizarem este novo canal aos apostadores.
- No âmbito da Formação a Mediadores:
 - Três dos seis formadores dos JSC obtiveram a Certificação de Aptidão Profissional e os restantes irão frequentar a Formação Pedagógica para Formadores em 2013;
 - Foram ministradas 86 sessões e formados 537 mediadores pelo Gabinete de Formação a Mediadores (GAFORMED);
 - Foi atualizado o Manual de Mediador.
- Com o objetivo de diminuição do risco de crédito:
 - Foram revistas as condições de atribuição de crédito para aquisição de Lotaria Instantânea através de um melhor acompanhamento dos limites semanais;
 - Foram reforçadas as cauções para novos aumentos do crédito.
- Assumiu-se uma nova abordagem ao ponto de venda em matéria de segurança, com uma maior sensibilização da equipa comercial para todos os aspetos de prevenção contra burlas e aspetos de segurança para o mediador e apostadores.

Direção Técnica de Operações

Vários projetos foram desenvolvidos e lançados no ano de 2012, nomeadamente:

- Foi realizado, na sua quase totalidade, o projeto de substituição da rede de comunicações X.25 entre os terminais de jogo e o Sistema Central por uma rede de comunicações baseada em *Internet Protocol* (IP). A sua finalização está prevista para o início de 2013.
- A efetivação do projeto de substituição dos atuais terminais (datados de 2001) por novos terminais transitou para 2013, decorrente da respetiva adjudicação no início de 2013.
- Iniciou-se o processo de substituição da Plataforma Tecnológica do *Contact Center*, com o lançamento do processo aquisitivo no final de 2012, estando planeada a sua implementação durante o ano de 2013.

- O *Contact Center* dos JSC tem vindo a assumir uma crescente visibilidade no exterior, através de convites para a presença em eventos, assim como o reconhecimento em troféus e prémios de *benchmarking* a nível nacional. O *Contact Center* foi finalista dos troféus 2012 da *International Faculty for executives 2012* para a categoria "Qualidade de Serviço". Foi alcançado o 3º lugar na categoria "Outros Serviços" dos troféus atribuídos pela Associação Portuguesa de *Contact Center*, que este ano distinguiu mais uma vez os melhores *Contact Centers* nacionais - "APCC Best Awards 2012".

Gabinete de Relações Internacionais

A atividade do Gabinete de Relações Internacionais (GRINT) em 2012 fica, antes de mais, marcada pela alteração operada na estrutura orgânica do Departamento de Jogos, aprovada em reunião da Mesa de 23 de Dezembro de 2011, e que se traduziu na autonomização deste serviço e na redefinição das respetivas competências.

Dada a natureza da atividade desenvolvida pelo GRINT, que é no essencial uma atividade de apoio à Administração e aos respetivos serviços do Departamento de Jogos da Santa casa, em matérias de âmbito internacional, as ações desenvolvidas são as que resultam do normal funcionamento do Departamento de Jogos.

As principais ações levadas a cabo em 2012, tendo em vista a prossecução dos objetivos operacionais e estratégicos definidos para o Departamento de Jogos, foram as seguintes:

- Assegurar a análise do mercado internacional e *benchmarking*:
 - Cedência de informação sobre a atividade do Departamento de Jogos respondendo aos questionários realizados pela *European Lotteries* (EL), *Corporación Iberoamericana de Loterías y Apuestas de Estado* (CIBELAE), *World Lottery Association* (WLA) e a Publicação "*La Fleur*". Foram, no essencial, facultadas informações respeitantes a indicadores de negócio;
 - Contacto com organizações congéneres no sentido de recolher informações sobre as estratégias desenvolvidas noutros países em áreas como "social media", cartão de apostador, transmissão de sorteios na TV e procedimentos seguidos por outras lotarias na gestão da Lotaria Instantânea;
 - Participação no grupo de trabalho criado no Departamento de Jogos, encarregue de desenvolver o projeto "Aprofundar a compreensão do mercado da Lotaria Instantânea" (relatório de apoio à seleção de mercados a analisar);
 - Presença no evento "*European Lotteries University*" (ELU) e partilha interna da informação recolhida;
 - Presença no Seminário EL "*Sports Betting*" em Bucareste;

- Presença no Seminário “Jogo Responsável” organizado no México, pela CIBELAE;
- Presença do Congresso da Associação mundial de Jogos (WLA), no Canadá;
- Sistematização da informação existente no GRINT (relatórios, estudos, publicações periódicas).
- Apoio aos serviços nos contactos com as organizações congéneres e com as organizações das quais o Departamento de Jogos é membro efetivo (e outras consideradas relevantes):
 - Apoio à participação do Administrador Executivo do DJ em vários eventos a nível internacional;
 - Apoio à participação dos colaboradores em diversos eventos internacionais, nomeadamente os levados a cabo pelas organizações das quais o DJ é membro efetivo;
 - Desenvolvimento das iniciativas conducentes à organização do evento *Industry Days*, que decorrerá em Lisboa em junho de 2014;
 - Colaboração com as publicações das organizações das quais o Departamento de Jogos é membro efetivo, a saber Revista CIBELAE (junho 2012), *EL News* (setembro 2012);
 - Colaboração com publicações de reconhecida qualidade e interesse, na área do jogo, nomeadamente, com a revista “*Public Gaming*” (outubro 2012);
 - Tradução de documentos associados a novos projetos a ser lançados em 2013;
 - Participação em março na *Conference Call* da CIBELAE sobre o Plano Estratégico a adotar;
 - Colaboração com as organizações das quais o DJ é membro efetivo, garantindo a revisão dos documentos produzidos e sugerindo alterações sempre que tal se revelou oportuno;
 - Preparação de proposta de desenvolvimento de vários suportes de comunicação para o exterior, nomeadamente versão em inglês e castelhano do Relatório e Contas 2011 do DJ, brochura de apresentação do DJ e *Key Figures*. Apenas o primeiro projeto foi efetivamente desenvolvido, esperando-se a sua conclusão no início de janeiro de 2013. Os restantes projetos deverão ser desenvolvidos e concluídos durante o primeiro semestre de 2013;
 - Organização da visita duma Delegação Sul Coreana ao DJ sobre Lotaria Nacional;
 - Organização da visita duma Delegação de Colegas espanhóis da SELAE para recolha de informação sobre Lotaria Instantânea;
 - Participação na reunião com o Presidente da Lotaria espanhola;
 - Participação na reunião com o Diretor da Empresa de Lotarias de Angola;
 - Participação nas reuniões preparatórias do lançamento de um novo jogo no Portal;
 - Sistematização dos contactos do DJ e respetivo envio às organizações congéneres e Associações das quais o DJ é membro efetivo.

- Reforço e alargamento do apoio aos projetos de cooperação com os países de língua portuguesa e com as organizações internacionais:
 - Colaboração com a SOJOGO (Moçambique) na elaboração do Plano e Orçamento 2013;
 - Estabelecimento de contactos com a Cruz Vermelha de S. Tomé e Príncipe, entidade que explora os Jogos Sociais naquele país e com a Direção de Apostas Mútuas da Guiné Bissau e apoio pontual às mesmas traduzindo-se este apoio no envio de máquinas de registo para a Cruz Vermelha de S. Tomé e Príncipe para renovação do parque de máquinas e no envio, para a Guiné Bissau, de boletins de Totoloto para assegurar a continuidade da exploração deste jogo naquele país.
- Assegurar a melhoria contínua da regulação interna dos jogos sociais do estado e da intervenção a nível europeu:
 - Participação nas reuniões do *Public Affairs Committee* (PAC) da *European Lotteries* (desde outubro de 2012) e acompanhamento dos desenvolvimentos operados a nível europeu no que diz respeito ao jogo a dinheiro;

Gabinete de Jogo Responsável

O Gabinete de Jogo Responsável elegeu como objetivos de trabalho para o ano de 2012, fundamentalmente, os seguintes:

- A produção de conteúdos informativos, visando a educação para um consumo consciente e moderado de jogo;
- A participação em seminários e ações de formação em jogo responsável;
- A elaboração de conteúdos formativos e preleções de ações de formação sobre jogo responsável;
- O estabelecimento e desenvolvimento de contactos com entidades que se dedicam ao estudo e acompanhamento técnico especializado de comportamentos problemáticos associados ao consumo de jogo a dinheiro;
- O acompanhamento do desenho do portefólio de produtos em exploração e de novos produtos, através da introdução de mecanismos de controlo que aumentem a segurança dos apostadores;
- A promoção de estudos relativos ao conhecimento do eventual potencial aditivo dos jogos;
- A cooperação e troca de boas práticas com organizações internacionais congéneres.

De entre estas iniciativas, destacam-se a produção de conteúdos informativos sobre jogo responsável, que foram introduzidos no Portal Jogos Santa Casa. Assim, na área dedicada às Notícias e Informações, e sob a forma de três documentos denominados “Informação sobre o Problema de Jogo”, “Compromisso Internacional” e “Compromisso de Jogo Responsável”, podemos hoje encontrar informação de carater genérico, sobre as linhas orientadoras dos Jogos Santa Casa na exploração dos jogos sociais, cuja exploração lhe foi concedida pelo Estado, bem como algumas ideias que visam acompanhar o consumo consciente e moderado de jogo.

A preocupação em aprofundar e atualizar o conhecimentos sobre as matérias a que se dedica o Gabinete, bem como em partilhar experiências, levou-nos, no mês de abril, a participar, no México, no Seminário de Jogo Responsável promovido pela CIBELAE, onde simultaneamente realizámos uma apresentação sobre a atividade de jogo responsável desenvolvida pelo Departamento de Jogos da SCML e levou-nos, no mês de setembro, a Budapeste, onde estivemos presentes no Seminário de Jogo Responsável, promovido pela *European Lotteries*. A participação em ambos os eventos mostrou-se de extrema utilidade, tendo possibilitado a aquisição e a partilha de experiências no âmbito dos temas ligados ao consumo responsável de jogo.

Em meados do ano, foram ministradas várias ações de formação, em jogo responsável, a diversos grupos de colaboradores do Departamento de Jogos, dos quais se destacam os Assistentes do *Contact Center*, os Gestores de Zona, colaboradores da Unidade de Prémios e da Direção de Marketing, bem como da Delegação do Porto. A participação foi em largo número, tendo a audiência manifestado grande interesse pelo tema e participado entusiástica e ativamente, colocando questões e citando exemplos, o que possibilitou a dialética de troca de ideias, que se revelou muito útil e gratificante.

Iniciaram-se contactos com o Colégio de Psiquiatria da Ordem dos Médicos, no sentido de aprofundarmos o conhecimento, o estudo e o debate sobre a problemática associada ao consumo de jogo, os quais serão alargados a várias instituições no decurso de 2013.

No âmbito do desenho do portefólio dos produtos em exploração e dos novos produtos, houve uma participação ativa do Gabinete de Jogo Responsável tanto na análise das imagens dos bilhetes da Lotaria Nacional e da Lotaria Instantânea, procurando evitar que os mesmos contivessem imagens ou desenvolvessem temas apelativos a menores de idade ou relacionados com outros jogos além dos comercializados pelo Departamento de Jogos da SCML, como no aconselhamento da introdução de mecanismos de controlo que aumentem a segurança dos consumidores dos jogos sociais.

No âmbito da promoção de estudos relativos ao conhecimento do mercado de jogo e dos hábitos dos jogadores, foram encetadas diligências para que possam ser produzidos resultados em 2013.

Finalmente, procuramos responder às solicitações que nos foram formuladas pelas organizações internacionais nossas congéneres, tendo-se verificado, igualmente, uma resposta positiva por parte das mesmas entidades, sempre que, junto das mesmas procurámos, obter informações para ao aumento do nosso conhecimento em matéria de jogos sociais e de consumo responsável de jogo.

Gabinete de Assuntos Jurídicos

No presente ano foram preparadas propostas necessárias à exploração dos Jogos Sociais, designadamente alterações ao Regulamento dos Mediadores dos Jogos Sociais do Estado, estabelecendo-se as condições de autorização e regras para o exercício da atividade de mediação com recurso ao sítio da Internet www.jogossantacasa.pt, permitindo aos apostadores realizarem as suas apostas nos jogos sociais num ambiente controlado e assistido, mantendo uma política de jogo responsável e de responsabilidade social.

Foram igualmente preparadas propostas para revisão dos regulamentos dos Jogos Sociais do Estado, procurando a uniformização de algumas regras.

A nível europeu, foi assegurado o contencioso comunitário relativo à defesa do monopólio do Estado em matéria de jogos a dinheiro, tendo intervindo em diversos processos de reenvio prejudicial.

O Gabinete de Assuntos Jurídicos (GAJUR) acompanhou igualmente as iniciativas europeias com relevância para a atividade do Departamento de Jogos, com especial destaque para a revisão da Diretiva “Branqueamento de Capitais” e da Diretiva “Concessões”.

Ainda a nível comunitário, destaca-se, dada a sua especial relevância, a “Comunicação da Comissão Europeia sobre o jogo em linha”, e as iniciativas que a antecederam e que lhe seguiram, as quais têm sido seguidas de perto por este gabinete. Na sequência da supra referida Comunicação destaca-se ainda a participação no grupo de peritos, constituído pela Comissão Europeia bem como a intervenção nas reuniões de um grupo de reguladores europeus de jogo.

O GAJUR colaborou ainda em diversas iniciativas organizadas pela *European Lotteries*, designadamente quanto à preparação e prestação da informação jurídica necessária e a participação em reuniões de trabalho, seminários e conferências.

Foi prestado apoio jurídico interno às diversas Direções do Departamento de Jogos, com destaque para as matérias relacionadas com os mediadores dos Jogos Sociais do Estado.

O GAJUR acompanhou os projetos internos do Departamento de Jogos, integrando os respetivos grupos de trabalho.

Foi ainda assegurado o registo de novas marcas e domínios, bem como a manutenção dos já existentes.

O GAJUR assegurou o contencioso relativo à exploração dos Jogos Sociais do Estado, designadamente quanto à defesa do exclusivo de exploração de lotarias e apostas mútuas atribuída pelo Estado à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, através do seu Departamento de Jogos, assim como o demais contencioso respeitante à atividade exclusiva do Departamento.

Relativamente à apreciação dos processos de contraordenação instaurados respeitantes à exploração ilícita de lotarias e apostas mútuas ou outros jogos e atividades similares com vista à aplicação das penalidades previstas na lei, no presente ano foram instaurados 210 processos de contraordenação.

➤ Indicadores de atividade:

Número de processos de contraordenação instaurados por exploração ilícita de jogos sociais	210
Coimas recebidas	83.326 €
Número de processos de Contraordenação com decisão	185
Número de processos activos de cobrança de dívidas de ex-mediadores	140

Gabinete de Segurança e Qualidade

O Gabinete de Segurança e Qualidade do Departamento de Jogos tem a missão de coordenar a implementação das Políticas de Segurança e Qualidade nos processos inerentes à organização e exploração dos Jogos Sociais do Estado.

- Desenvolveu e detalhou a estrutura de processos inerentes à organização e exploração dos Jogos Sociais do Estado:
 - Criou um modelo para desenho e detalhe dos processos inerentes à atividade, validado junto das várias áreas envolvidas;
 - Deu suporte e apoio técnico na formalização dos modelos de processos desenvolvidos.
- Melhorou a metodologia de gestão de risco para todos os ativos, projetos e contratações de bens e serviços abrangidos pelo Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI):
 - Atualizou a documentação de suporte à gestão do risco de maneira a integrar o conceito de risco residual, bem como a evolução da metodologia da análise tendo em vista a determinação do nível de risco previsto na sequência da implementação das ações identificadas nas análises em causa.

- Assegurou a manutenção da certificação do SGSI, de acordo com as normas ISO/IEC 27001:2005 e WLA-SCS:2006. Para assegurar o cumprimento deste objetivo, o Gabinete de Segurança e Qualidade, em articulação com várias áreas da Organização, desenvolveu as seguintes atividades:
 - Definiu conteúdos e ministrou a formação inicial para trabalhadores que integraram as áreas abrangidas pelo SGSI. Esta formação abrangeu um universo de 111 trabalhadores, divididos em 7 sessões com a duração de 4 horas cada;
 - Definiu conteúdos e ministrou a formação de reciclagem para todos os trabalhadores abrangidos pelo SGSI. Foram realizadas 16 ações, duas das quais na Delegação do Porto, com duração de 4 horas e abrangendo um total de 376 participantes;
 - Promoveu a realização de duas ações de formação nos conteúdos da norma ISO/IEC 27001: 2005, para os novos dirigentes e chefias abrangidos pelo SGSI. Estas ações foram ministradas por entidade externa *partner* da *British Standard Institution* (BSI) - entidade certificadora, abrangendo 17 formandos;
 - Promoveu, ainda, a realização de duas ações de formação em auditorias internas da segurança, tendo em vista o reforço da Bolsa de Auditores Internos. Estas ações foram ministradas por entidade externa *partner* da BSI, abrangendo 29 formandos;
 - Assegurou a gestão de todas as atividades que garantem o funcionamento regular da Comissão de Segurança;
 - Assegurou os contactos com a BSI, de maneira a operacionalizar a realização das auditorias semestrais de acompanhamento da certificação do SGSI, de acordo com as Normas ISO/IEC 27001: 2005 e WLA-SCS: 2006, as quais decorreram em junho (dias 27 e 28) e dezembro (dias 3, 4 e 5), e coordenou, com as várias áreas envolvidas, a definição e implementação das ações corretivas delas decorrentes;
 - Atualizou a ferramenta de gestão de recursos humanos abrangidos pelo SGSI, tendo em vista o registo e controlo de formação não certificada ministrada em meio laboral e/ou ações específicas organizadas pelas próprias áreas orgânicas do DJ;
 - Integrou as equipas de auditorias internas de segurança e de observadores no âmbito dos testes ao Plano de Continuidade do Negócio (PCN);
 - Assegurou, no âmbito de contratações com impacto na atividade da organização e exploração dos Jogos Sociais, a coordenação das Análises de Risco, nomeadamente, contratação de agência criativa digital, aquisição de plataforma para o Portal JSC, contratação de serviços de suporte aos sistemas de jogo, contratação de solução *office printing*, contratação de serviços de auditoria ao Portal Jogos Multicanal, aquisição de solução tecnológica para *Contact Center*, contratação de serviços e utilização de plataforma de contratação pública, contratação de serviços de avaliação da satisfação dos clientes do *Contact Center*, aquisição de equipamentos móveis e comunicações, prestação de serviços bancários, bem como ainda, no âmbito de novos projetos de alteração/novos Jogos Sociais;

- Assegurou a adequação da documentação relevante de suporte ao SGSI: Declaração de Aplicabilidade, Políticas de Segurança, Normas do SGSI, bem como deu apoio técnico na elaboração de documentação específica das várias áreas da organização;
- Atualizou, em colaboração com a Direção de Gestão Comercial, os conteúdos programáticos da formação inicial a mediadores, através da incorporação de um módulo específico sobre segurança da informação.
- Assegurou a melhoria contínua do Sistema de Gestão da Segurança da Informação:
 - Adequou a metodologia de acompanhamento das ações em curso por forma a permitir também o acompanhamento dos Incidentes Segurança;
 - Criou e implementou uma ferramenta de registo e controlo de documentação legal e/ou regulamentar aplicável à organização e exploração dos Jogos Sociais do Estado.
- No âmbito da participação em organizações internacionais:
 - Participou, assegurando a representação do Departamento de Jogos, nas reuniões regulares do Grupo de Trabalho sobre Segurança e Análise de Risco da *European Lotteries*, cuja atividade se centrou na conclusão de um documento de Linhas de Orientação sobre os riscos inerentes e específicos da indústria das lotarias;
 - Participou, assegurando ainda a mesma representação, nas reuniões do *EuroMillions Partners Lotteries Security Fórum* (EPLSF), constituído por representantes das Lotarias que exploram o jogo Euromilhões.

Unidade de Suporte à Gestão

Com a implementação da nova estrutura orgânica do DJ, em janeiro de 2012, a atividade da Unidade de Suporte à Gestão, durante o referido ano, foi influenciada pela necessidade de adotar e implementar novos procedimentos, por força da atribuição de novas tarefas e responsabilidades, designadamente ao nível do apoio à gestão e à interligação com os serviços instrumentais da SCML (Aprovisionamentos, Recursos Humanos, Financeiros e Tecnologias de Informação).

Paralelamente, manteve-se todo o planeamento das atividades já acometidas anteriormente a esta Unidade, nomeadamente o planeamento das atividades logísticas, a execução da atividade gráfica e de personalização, em especial todo o processo de produção de Lotaria, e demais documentação associada, assim como a gestão administrativa e operacional inerente ao funcionamentos dos serviços do DJ, nomeadamente os processos de gestão documental, gestão de encomendas e pedidos (SRM), a conferência e validação de faturas, bem como o acompanhamento e gestão das existências de bens estratégicos para o funcionamento do DJ.

Não obstante a situação económica que neste momento afeta Portugal e o Mundo, circunstância que contribuiu para o decréscimo nas vendas de alguns produtos, designadamente os Lotos e Lotarias, verificou-se a continuidade do crescimento significativo nas vendas de Lotaria Instantânea, fato que colocou uma carga acrescida no respetivo processo logístico, tendo levado ao aumento significativo das encomendas a preparar e expedir semanalmente, obrigando à implementação do regime de trabalho em dois turnos, com a consequente necessidade de reforço da equipa.

Em 2012 procedeu-se à mudança do prestador de Serviços de Transporte, que motivou o mais próximo acompanhamento de toda a atividade logística do DJ, com a consequente elaboração de novos fluxos operacionais.

É igualmente de destacar a implementação do processo de centralização nesta Unidade dos pedidos e requisições de serviço, através da plataforma SRM, bem como o inerente acompanhamento processual, validando a emissão da Nota de encomenda, por parte da Direção de Aprovisionamentos, e efetuando a subsequente confirmação de serviço.

- **Gestão da Atividade Logística:**

- Preparação e envio semanal para os mediadores de rolos de papel térmico, bilhetes de apostas mútuas, cartazes, expediente diverso e outros materiais, num total de 260.120 encomendas expedidas até ao final do ano de 2012 o que consubstancia média de 1.045 encomendas/dia;
- Preparação e envio dos jogos de Lotaria Instantânea, através do sistema IPS, procedendo-se à distribuição deste jogo por toda a rede comercial, num total de 346.885 encomendas expedidas o que consubstancia um aumento de 21,46% relativamente ao período anterior. Relativamente à média diária de produção o aumento é de 24,38%, o que perfaz uma média diária de 1.393 encomendas;
- Envio de encomendas com Lotaria Nacional procedendo-se ao envio de 16.297 encomendas de Lotaria Clássica e Popular;
- Acompanhamento e monitorização da prestação de serviços de transporte de materiais enviados pelo Departamento de Jogos para cada uma das mediações pertencentes à rede.

- **Gestão e Produção Gráfica:**

- Preparação e produção gráfica de todos os bilhetes de Lotaria, cartazes de divulgação dos jogos, listas e cartazes de prémios, revistas, circulares, regulamentos e modelos internos, num total de 539 obras de impressão no ano de 2012, com uma tiragem total de 11.917.903, o que perfaz uma tiragem média por obra de 22.111;

- Gestão e Personalização de Bilhetes:
 - Preparação e personalização de todos os bilhetes de Lotaria Nacional, Clássica e Popular, num total de 3.955.132 bilhetes/folhas personalizados;
 - Inutilização das frações de Lotaria Nacional devolvidas, num total de 16.713.463 frações;
 - Controlo e validação das devoluções de Lotaria Nacional efetuadas pelos Mediadores *on-line*, num total de 16.694.310 frações verificadas.
- Gestão Administrativa e Documental:
 - Tratamento diário da correspondência, quer da recebida quer da expedida, o que se traduz em:
 - 143.297 Documentos recebidos, dos quais 22.559 foram tratados e registados na Base de Dados de Correspondência;
 - 533.013 Documentos expedidos, o que traduz um aumento de 11,34% face ao período homólogo, dos quais 12.721 foram objeto de digitalização, sendo 6.775 em correio registado com aviso de receção;
 - Gestão do Fundo Permanente do Departamento de Jogos, com pagamento de faturas inerentes a despesas efetuadas pelo pessoal, com elaboração de ficheiro mensal por tipo de despesa, para envio à tesouraria;
 - Impressão, triagem, envelopamento e expedição das prestações de contas dos Mediadores de Lotaria Nacional, bem como dos recibos das Apostas Mutuas, com periodicidade semanal e abrangendo a totalidade da rede comercial;
 - Manutenção e execução do plano de expurgo da documentação existente em arquivo, decorrido o respetivo prazo legal, destruindo-se, fisicamente, cerca de 147 toneladas de papel;
 - Gestão, acompanhamento e monitorização do atendimento telefónico sendo que foram recebidas e encaminhadas 118.706 chamadas, bem como do atendimento presencial, tendo sido registados 10.244 acessos;
- Gestão e Manutenção de Equipamento e Instalações:
 - Gestão e manutenção dos edifícios e armazéns afetos ao DJ, bem como dos equipamentos críticos de suporte à atividade. Procedeu-se no ano a 923 intervenções técnicas, numa média mensal de 77 intervenções, registando-se um nível de serviço inferior a 1 dia, em 96,57% das solicitações;
 - Elaboração, controlo e monitorização de carrinhos de compras, através da plataforma SRM, referentes a todas as Direções do DJ, com exceção da Direção de Marketing.

- Indicadores de realização física em 2012 e comparação com período anterior

Atividades	2008	2009	2010	2011	2012	Varição
Núcleo Gráfico						
N.º de obras gráficas produzidas	550	532	547	507	539	6,3%
Tiragem total	12.731.214	12.088.272	12.765.011	13.469.307	11.917.903	-11,5%
Tiragem média	23.147	22.722	23.336	26.567	22.111	-16,8%
Núcleo de Logística						
Encomendas expedidas – Consumíveis	179.159	181.355	246.217	287.862	260.120	-9,6%
Média diária	720	731	993	1.129	1.045	-7,5%
Encomendas expedidas - Lotaria Instantânea	122.644	128.618	213.939	285.601	346.885	21,5%
Média diária	493	519	863	1.120	1.393	24,4%
Encomendas expedidas - Lotaria Nacional	2.162	8.190	17.793	16.168	16.297	0,8%
Núcleo de Personalização e Controlo de Bilhetes						
Total de Lotarias personalizadas	105	99	106	103	111	7,8%
Total de bilhetes personalizados	5.023.000	5.114.000	4.462.574	3.853.933	3.955.132	2,6%
Total de frações inutilizadas	24.878.285	15.062.285	14.099.682	16.195.092	16.713.463	3,2%
Total de devolução de lotaria	10.472.543	14.390.897	14.099.682	16.228.187	16.713.791	3,0%
Frações lidas no terminal	130.819	58.450	35.649	22.187	19.481	-12,2%
Frações controladas mediadores on-line	10.341.724	14.332.447	14.064.033	16.206.000	16.694.310	3,0%
Frações mal devolvidas	4.441	4.326	4.430	4.009	4.654	16,1%
Pedidos de serviço Contact Center	629	554	547	518	462	-10,8%
Área de Expediente e Gestão de Documentos						
Total de documentos recebidos	178.055	177.550	166.545	171.344	143.297	-16,4%
Total de documentos registos em Base de Dados	24.764	26.237	27.793	32.669	22.559	-31,0%
Total de documentos expedidos	114.176	129.319	234.250	478.733	533.013	11,3%
Total de Ofícios digitalizados	31.339	15.294	19.690	16.137	12.721	-21,2%
Total de documentos expedidos com AR	13.227	3.472	9.727	7.632	6.775	-11,2%
Total de papel destruídos (farripado)- (em Kg)	92.000	60.000	109.000	90.339	146.627	62,3%
N.º de atendimentos telefónicos efetuados	70.597	75.676	96.750	99.863	118.706	18,9%
N.º de atendimentos presenciais efetuados	9.118	9.068	11.761	12.537	10.244	-18,3%
Área de Gestão de Instalações Equipamentos e Viaturas						
N.º de intervenções técnicas efetuadas	389	959	875	1084	1106	2,0%
Média mensal	35	79	73	90	92	2,0%
Nível de serviço - Inferior a 1 dia - (%)	92	93	96,56	97,14	96,57	-0,6%
Total de Concursos Totobola preparados	64	66	73	64	71	10,9%
Total de facturas registadas em SRM	1.381	1.173	840	304	592	94,7%
Média mensal	125	107	76	25	49	94,7%

- Ações novas:

- Desenvolvimento, definição de processos, adequação e integração do novo prestador de serviços de transporte de materiais para a rede do Departamento de Jogos (Urbanos – Serviços Expresso);

- Estudo e aplicação de solução destinada a incrementar a produção na execução de encomendas de Lotaria Instantânea, de forma a garantir o cumprimento dos prazos desejados no envio deste jogo para a rede de mediadores, nomeadamente através da implementação do regime de trabalho por turnos, com o inerente recrutamento, avaliação de pessoal e integração dos mesmos;
- Acompanhamento e controlo de todos os Bens Estratégicos do Armazém PV1 e Armazém PV2 do Departamento de Jogos, em suporte informático através da criação de um ficheiro de controlo e acompanhamento dos referidos bens estratégicos, com o objetivo de validar a informação que é introduzida em SAP e elaboração de relatório semanal de existências;
- Implementação de ficheiro de acompanhamento do nível de serviço diário do novo prestador de serviço de transporte de materiais, para validação do cumprimento das entregas da empresa Urbanos, assim como identificar possíveis problemas que possam afetar as mesmas;
- Criação de um ficheiro de controlo de todas as faturas pendentes, identificando as que se encontram por regularizar e fora do respetivo prazo de pagamento, com vista a identificar a causa do atraso e diligenciar, junto dos diversos serviços envolvidos, no sentido de obter a rápida regularização;
- Elaboração e implementação de um processo de monitorização diária das operações de expedição de encomendas de Lotaria Instantânea, identificando a produção de cada um dos turnos e apresentando os respetivos relatórios diários, mensais e anuais;
- Acompanhamento e monitorização de todo o processo de definição e elaboração do Plano de Atividades e Orçamento de Departamento de Jogos para 2013;
- Acompanhamento e monitorização de todo o processo de avaliação de desempenho de 2011 e definição de objetivos para 2012 do Departamento de Jogos.
- Projetos para implementação:
 - Continuação do processo de implementação da metodologia de PMO (*Project Management Office*) para gestão, acompanhamento e monitorização dos projetos em curso no DJ;
 - Reconversão e ampliação do armazém do Prior Velho para instalação dos serviços para industriais do DJ, nomeadamente o Núcleo Gráfico, o Núcleo de Personalização de Bilhetes e o Núcleo de Vendas e Gestão de Secantes;
 - Relocalização temporária do Armazém do Prior Velho 1;
 - Estudo e execução de novo *site* alternativo e de contingência para as operações logísticas e de distribuição do DJ, com especial ênfase para o processo de distribuição de Lotaria Instantânea;

- Modernização do sistema de preparação de encomendas a enviar à rede comercial, introduzindo processos de maior automatização;
- Aquisição de máquina de reprodução de grandes volumes para a reprografia/expedição do DJ para adequação ao processo de “*printing & finishing*” dos documentos de suporte à atividade do DJ (recibos AM, facturas e prestação de contas LN, recibos LI, Relatórios das OP’s, etc.).

Recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2012, o Departamento de Jogos integrava 278 colaboradores, mais 1,1% do que no ano anterior.

Ano	2008	2009	2010	2011	2012
Entradas	4	9	18	18	27
Saídas	6	146	6	10	24
Recursos Humanos em 31 dezembro	392	255	267	275	278

Fonte: Direção de Recursos Humanos

Nas 146 saídas ocorridas em 2009, encontram-se incluídos os 120 colaboradores dos Serviços Instrumentais (Financeira, Aprovisionamento, Recursos Humanos e Sistemas de Informação) integrados na estrutura orgânica da Santa Casa.

O vínculo contratual dos colaboradores, com o comparativo do ano anterior, é o seguinte:

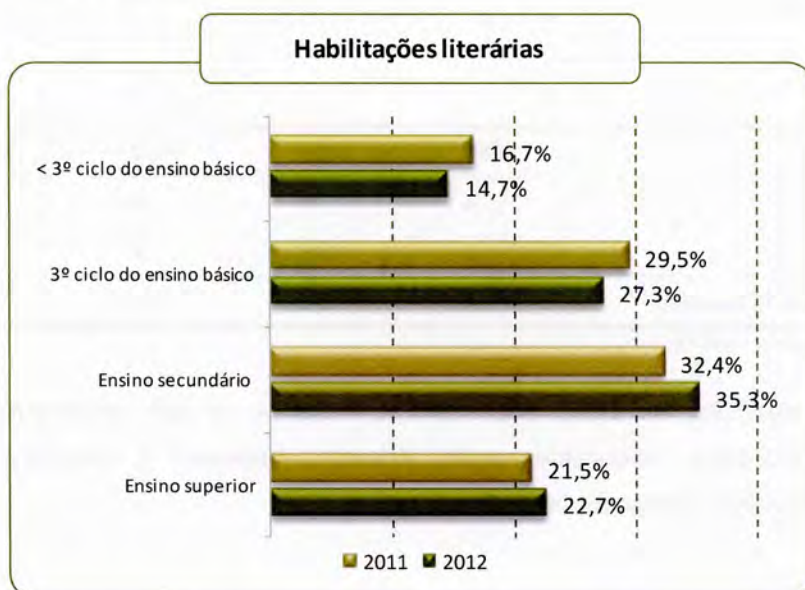
Relação Jurídica	2011	2012
Contrato individual de trabalho	189	185
Quadro com comissão por tempo indeterminado	35	33
Contrato individual de trabalho e em regime de comissão de serviço	4	5
Contrato por tempo indeterminado e em regime de comissão de serviço (a)	-	-
Comissão de serviço (b)	2	2
Contrato individual de trabalho a termo certo	17	26
Contrato individual de trabalho a termo incerto	-	2
Quadro residual (trabalhadores da função pública)	2	1
Quadro residual (trabalhadores da função pública) comissão	26	24
Total	275	278

Fonte: Direcção de Recursos Humanos (DIRH).

(a) Celebrado ao abrigo do Dec-Lei n.º 32/2001, de 8 de fevereiro, que possibilitou aos trabalhadores com vínculo à função pública a integração em carreiras de âmbito privado.

(b) Têm vínculo ao Departamento de Jogos, através de celebração de contrato em regime de comissão.

As habilitações literárias dos colaboradores evidenciam uma melhoria do nível de literacia, verificando-se um aumento dos colaboradores com formação no ensino superior, em contrapartida com uma diminuição nos restantes níveis.



A taxa de emprego masculino/feminino é a seguinte:

Sexo	2008	2009	2010	2011	2012
Feminino	172	106	113	117	113
%	43,9%	41,6%	42,3%	42,5%	40,6%
Masculino	220	149	154	158	165
%	56,1%	58,4%	57,7%	57,5%	59,4%

Fonte: Direcção de Recursos Humanos (DIRH).

O nível etário médio dos colaboradores situa-se nos 45,7 anos, sendo a estrutura etária a seguinte:



Em 2012, a taxa de absentismo do Departamento de Jogos situou-se nos 5,3%, apresentando uma variação positiva de 1,0 p.p., face a 2011.

	2011	2012	Δ
Taxa de Absentismo	4,3%	5,3%	1,0 p.p.

Fonte: Direcção de Recursos Humanos (DIRH).

Relativamente à formação, continuou-se em 2012, a melhoria da qualificação dos colaboradores, realizando-se 137 ações de formação, com um total de 616 participantes.

Formação	Nº. Ações			Nº. Participantes			Volume de Formação		
	2011	2012	Δ	2011	2012	Δ	2011	2012	Δ
Externa	9	24	166,7%	21	39	85,7%	353	462	30,9%
Interna	67	100	49,3%	230	564	145,2%	3.763	5.216	38,6%
Autoformação	1	-	-100,0%	2	-	-100,0%	16	-	-100,0%
Autoformação - Estatuto Trabalhador Estudante	9	13	44,4%	9	13	44,4%	650	1.131	74,0%
TOTAL	86	137	59,3%	262	616	135,1%	4.782	6.809	42,4%

Fonte: Direcção de Recursos Humanos (DIRH).

No âmbito da formação contínua do Código do Trabalho "(...) são consideradas as horas de dispensa de trabalho para frequência de aulas e de faltas para prestação de provas de avaliação, ao abrigo do regime de trabalhador –estudante(...)".

Análise da exploração dos Jogos Sociais

A presente análise económica e financeira pretende sintetizar os resultados alcançados pelo Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em 2012.

Resultados

	(mil euros)			
	2012	2011	Δ Valor	Δ %
Rendimentos operacionais	612.664	611.325	1.338	0,2%
Gastos operacionais	83.120	90.299	-7.180	-8,0%
EBITDA	533.040	524.728	8.312	1,6%
Resultado operacional	529.544	521.026	8.518	1,6%
Resultado financeiro	4.914	4.933	-19	-0,4%
Resultado líquido do período	534.458	525.959	8.499	1,6%
Margem EBITDA	30,8%	31,9%	-1,1 p.p.	
Margem operacional	30,6%	31,7%	-1,1 p.p.	
Margem líquida	30,9%	32,0%	-1,1 p.p.	

As margens incidem sobre os rendimentos brutos dos Jogos Sociais



Em 2012 o resultado líquido alcançou 534.458 mil euros, apresentando um crescimento de 8.499 mil euros (+1,6%), relativamente ao ano de 2011.

Os principais indicadores, por jogo:

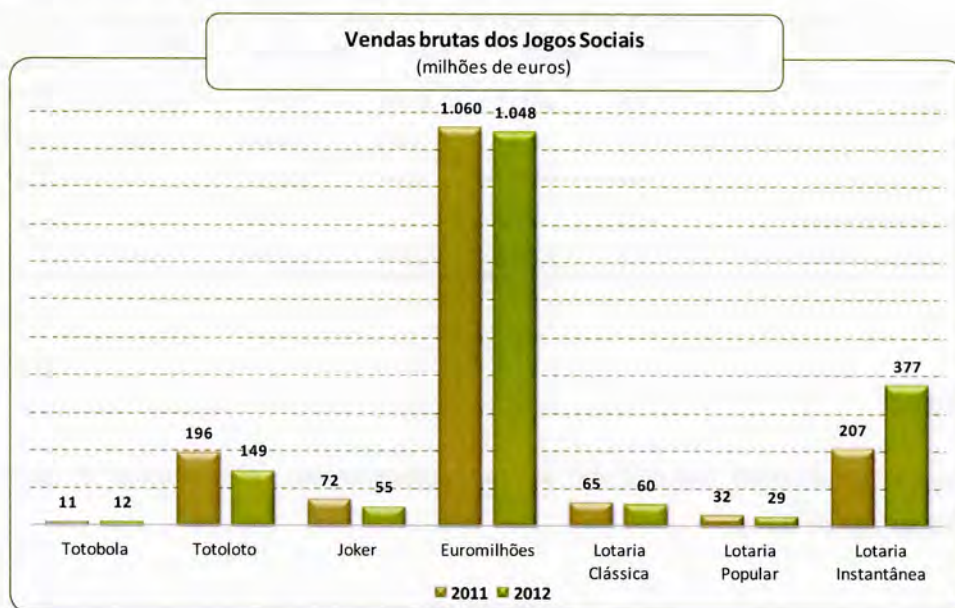
	(mil euros)						
	Totobola	Totoloto	Joker	Euromilhões	Lotaria Nacional	Lotaria Instantânea	Total
Total dos rendimentos	3.598	52.611	19.464	442.748	12.203	87.037	617.661
Total dos gastos	1.192	5.394	2.633	46.958	5.061	21.965	83.203
Resultado líquido do período	2.406	47.217	16.831	395.790	7.142	65.072	534.458
Fundo renovação do equipamento	131	0,36	-	0,09	-	-	131
Resultado distribuído aos Beneficiários	2.275	47.217	16.831	395.790	7.142	65.072	534.327

Rendimentos

Os rendimentos totalizaram 617.661 mil euros, representando um aumento de 699 mil euros (+0,1%), face ao ano de 2011.

	(mil euros)			
	2012	2011	Δ Valor	Δ %
Vendas brutas dos Jogos Sociais (1)	1.729.121	1.642.507	86.614	5,3%
Totobola	12.068	11.095	973	8,8%
Totoloto	149.426	195.669	-46.243	-23,6%
Joker	55.064	71.991	-16.927	-23,5%
Euromilhões	1.047.599	1.059.982	-12.383	-1,2%
Lotaria Clássica	59.938	64.726	-4.788	-7,4%
Lotaria Popular	28.511	31.851	-3.340	-10,5%
Lotaria Instantânea	376.516	207.193	169.323	81,7%
Deduções (2)	1.132.273	1.048.839	83.434	8,0%
Prémios	945.742	877.027	68.714	7,8%
Rem. mediadores pagas p/ jogadores	112.071	101.100	10.971	10,9%
Imposto do Selo s/ jogo	74.460	70.712	3.748	5,3%
Vendas líquidas (1) - (2)	596.848	593.668	3.180	0,5%
Prémios caducados	13.951	15.188	-1.237	-8,1%
Reg. amort. on-line	1.132	646	485	75,1%
Juros, dividendos e out. rend. similares	4.997	5.636	-639	-11,3%
Restantes rendimentos	733	1.823	-1.090	-59,8%
Total dos rendimentos	617.661	616.961	699	0,1%

Vendas brutas dos Jogos Sociais



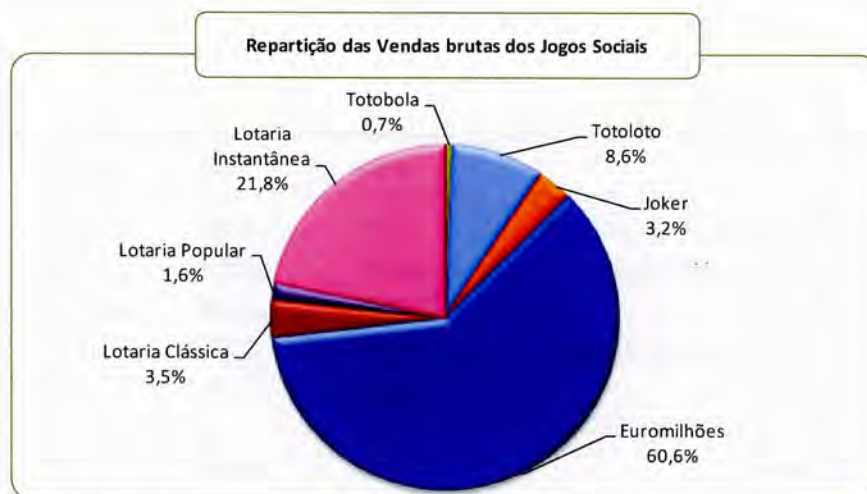
Em 2012, foi registado o maior volume de vendas brutas alguma vez alcançado pelos Jogos Sociais.

As vendas brutas dos Jogos Sociais alcançaram o montante de 1.729.121 mil euros apresentando um aumento de 86.614 mil euros (+5,3%), em relação ao ano anterior.

Este aumento resulta essencialmente do crescimento da Lotaria Instantânea (+81,7%, face a 2011), justificado por:

- Investimento publicitário e intervenções ao nível do *rebranding*;
- Definição e entrada em funcionamento das alterações de *software* necessárias à introdução da 3.ª linha de distribuição, resultando num aumento da capacidade produtiva, obtendo uma resposta mais adequada ao crescimento de encomendas deste jogo.

O incremento no *pay-out* líquido, embora não tendo aumentado no período, mantendo-se o pagamento até 70% do capital emitido, continua a ser um forte argumento de venda e de rebate do jogo.



O Euromilhões continua a destacar-se como o jogo com maior peso nas vendas brutas, 60,6%, seguido da Lotaria Instantânea com 21,8%.

Prémios caducados

O valor dos prémios caducados depende da quantidade e valor dos prémios atribuídos em cada concurso, e da não reclamação pelos Jogadores. Em 2012 verificou-se um decréscimo de 1.237 mil euros (-8,1%), relativamente a 2011.

Regularizações das amortizações do sistema *on-line*

O registo nesta rubrica destina-se a evitar uma dupla penalização nos resultados a distribuir. O valor das depreciações e amortizações dos investimentos referentes à renovação do equipamento é um rendimento, uma vez que este valor já foi deduzido ao montante a distribuir aos Beneficiários aquando da constituição do Fundo de Reestruturação e Investimento.

O acréscimo de 75,1%, face ao ano anterior, deve-se às depreciações e amortizações relativas aos investimentos efetuados no final de 2011, no âmbito do projeto "Renovação do sistema *on-line*".

Juros, dividendos e outros rendimentos similares

O decréscimo de 639 mil euros (-11,3%), em relação ao ano anterior, resulta da alteração do critério na contabilização do valor atual dos prémios dos jogos da Lotaria Instantânea, do tipo *Win for life*, passando estes a ser rendimentos operacionais.

Em 2012 a diferença entre a responsabilidade de prémios a pagar dos jogos de Lotaria Instantânea pé-de-meia e o seu valor atual líquido passou a ser reconhecida a deduzir na conta de prémios.

Gastos

	(mil euros)			
	2012	2011	Δ Valor	Δ %
Custo merc. vendas e mat. consumidas	7.394	5.984	1.410	23,6%
Fornecimentos e serviços externos	46.299	58.183	-11.884	-20,4%
Gastos com pessoal	13.000	10.289	2.710	26,3%
Gastos de depreciação e amortização	3.496	3.703	-206	-5,6%
Perdas por imparidade	318	65	254	391,5%
Perdas por redução de justo valor	-	2	-2	-100,0%
Provisões do período	11.279	10.358	921	8,9%
Outros gastos e perdas	1.333	1.716	-382	-22,3%
Gastos e perdas de financiamento	83	703	-619	-88,2%
Total dos gastos	83.203	91.002	-7.799	-8,6%

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O acréscimo de 1.410 mil euros (+23,6%), face ao ano anterior, deve-se, essencialmente ao aumento do consumo de bilhetes da Lotaria Instantânea, que acompanha a tendência de evolução das vendas brutas.

Fornecimentos e serviços externos

	(mil euros)			
	2012	2011	Δ Valor	Δ %
Trabalhos especializados	5.105	4.945	160	3,2%
Publicidade e propaganda	15.464	23.622	-8.158	-34,5%
Outras comissões	4.271	2.314	1.957	84,6%
Conservação e reparação	6.062	6.262	-201	-3,2%
Transporte de bens e valores	2.266	2.104	162	7,7%
Rendas e alugueres	1.126	1.270	-144	-11,4%
Comunicação	8.258	8.256	2	0,0%
Restantes fornecimentos e serviços	3.747	9.409	-5.662	-60,2%
Total dos fornecimentos e serv. externos	46.299	58.183	-11.884	-20,4%

Os fornecimentos e serviços externos totalizam 46.299 mil euros, apresentando um decréscimo de 11.884 mil euros (-20,4%), relativamente a 2011.

Publicidade e propaganda

No ano de 2012 os gastos com a publicidade e propaganda diminuíram 8.158 mil euros (-34,5%), face a 2011. Esta rubrica representa 33,4% do total dos fornecimentos e serviços externos. No mapa abaixo apresenta-se o detalhe por jogo:

	(mil euros)			
	2012	2011	Δ Valor	Δ %
Totobola	527	1.493	-966	-64,7%
Totoloto	1.294	4.349	-3.055	-70,3%
Joker	558	1.745	-1.187	-68,0%
Euromilhões	7.616	8.925	-1.308	-14,7%
Lotaria Nacional	2.285	2.979	-694	-23,3%
Lotaria Instantânea	3.184	4.132	-948	-22,9%
Total da publicidade e propaganda	15.464	23.622	-8.158	-34,5%

Outras comissões

Nesta conta são registadas as comissões atribuídas aos mediadores da Lotaria Instantânea, pelo pagamento de prémios, de acordo com os termos regulamentares. Estas comissões representam 2% sobre os montantes de prémios pagos.

O acréscimo de 1.957 mil euros (+84,6%), em relação ao ano transato, é consequência do incremento das vendas deste jogo.

Restantes fornecimentos e serviços

O decréscimo de 5.662 mil euros (-60,2%), face ao ano de 2011, deve-se, essencialmente, à alteração de procedimento na imputação dos gastos provenientes da prestação de serviços instrumentais pela Santa Casa – Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação, Direção de Aprovisionamentos, Direção de Recursos Humanos e Direção Financeira.

Em 2011 estes gastos foram registados na totalidade como Fornecimentos e Serviços Externos e em 2012 esta imputação passou a ser reconhecida na conta correspondente à natureza do gasto. Resulta como consequência um correspondente acréscimo nas contas de Gastos com Pessoal.

Gastos com o Pessoal

	(mil euros)			
	2012	2011	Δ Valor	Δ %
Remunerações	11.107	7.506	3.601	48,0%
Fundo de Pensões	-554	1.069	-1.623	151,8%
Encargos sobre remunerações	2.143	1.425	719	50,4%
Restantes gastos com pessoal	303	290	13	4,6%
Total dos gastos com o pessoal	13.000	10.289	2.710	26,3%

O acréscimo de 2.710 mil euros (+26,3%), face ao ano anterior, deve-se em parte à alteração do procedimento na imputação dos gastos provenientes da prestação de serviços instrumentais pela Santa Casa. Em 2012, os gastos referentes às remunerações e respetivos encargos foram reconhecidos nas contas de gastos com o pessoal, enquanto em 2011 estes gastos eram registados em fornecimentos e serviços externos.

No ano de 2012 a atualização da responsabilidade e valor dos ativos do Fundo de Pensões gerou um impacto positivo nas contas do DJ, ou seja, um decréscimo nos gastos com o pessoal de 554 mil euros.

Provisões do período

O aumento de 921 mil euros (+8,9%), em relação ao ano anterior, decorre da alteração da legislação em 2011, que regulamenta o fundo para pagamento de prémios do Euromilhões - Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março. Este Decreto-Lei altera a percentagem de 0,5% para 1% a deduzir às vendas, para a constituição do fundo para pagamento de prémios do Euromilhões e o seu montante máximo de 50.000 mil euros para 150.000 mil euros.

Investimentos

	(mil euros)	
	2012	2011
Ativos fixos tangíveis	358	3.312
- Equipamento básico	20	356
- Mobiliário	25	32
- Equipamento informático	2	2.646
- Sinalética	240	178
- Restantes ativos fixos tangíveis	71	100
Ativos intangíveis	234	287
- Software	234	287
Investimentos em curso	246	-
- Ativos fixos tangíveis	246	-
TOTAL	838	3.599

No quadro abaixo, apresentam-se os projetos e ações que tiveram execução em 2012:

	(mil euros)
Ações acrésc. /requal. atividade	118
Sinalética - Ações de Requalificação/ Substituição/ Acréscimo	240
Aplicação do Portal de Jogos Multicanal: upgrade de versão Weblogic de 8.1 para 11g.	234
Novas Apostas Desportivas	246
Total	838

Análise financeira e patrimonial

Apresenta-se uma síntese comparativa da situação financeira e patrimonial do Departamento de Jogos:

	(mil euros)		
Balanço	31 dez 2012	31 dez 2011	Δ %
Ativo não corrente	113 170	104 489	8,3%
Ativo corrente	185.380	179.972	3,0%
Total do ativo	298.550	284.462	5,0%
Capital próprio	47.094	48.070	-2,0%
Passivo não corrente	69.491	53.288	30,4%
Passivo corrente	181 965	183 104	-0,6%
Total do capital próprio e do passivo	298.550	284.462	5,0%

Ativo

O ativo não corrente registou um aumento de 8,3%, relativamente ao ano anterior. Este aumento decorre do acréscimo dos outros ativos financeiros, em consequência da constituição/reforço dos fundos para reclamações e pagamentos de prémios e para renovação de equipamento e material.

Relativamente ao ativo corrente verifica-se um aumento de 3,0%, face a 2011, resultante dos aumentos verificados nas disponibilidades (mais 7.943 mil euros) e nas rubricas de inventários (mais 2.661 mil euros), sendo atenuado pela diminuição nas outras contas a receber (menos 3.510 mil euros).

O acréscimo nas disponibilidades deve-se a:

- Aumento dos depósitos a prazo no montante de 23.900 mil euros;
- Diminuição dos depósitos à ordem no montante de 16.197 mil euros. Esta diminuição resulta essencialmente da emissão da ordem de pagamento referente a um 1.º prémio do Joker, atribuído em outubro, no valor de 13.691 mil euros, ainda por receber em 31 de dezembro.

Nas rubricas de inventários, o incremento registado resulta no reforço dos *stock's* referentes ao papel térmico e bilhetes da Lotaria Instantânea.

Nas outras contas a receber, a diminuição apresentada deve-se ao fato de ter havido uma reconciliação das contas correntes com a Santa Casa, ficando a conta “reembolsos de vencimentos” a apresentar um saldo credor, passando assim a estar inscrita no passivo.

Capital próprio

O Capital próprio diminuiu 2,0%, face ao ano anterior, justificado pelo impacto em resultados a distribuir a beneficiários relativo às depreciações e amortizações dos investimentos efetuados no final de 2011, no âmbito do projeto “Renovação do sistema *on-line*”.

Passivo

O passivo não corrente apresenta um acréscimo de 30,4%, relativamente ao ano anterior, justificado por:

- Acréscimo de 25,1%, nas provisões para pagamento de prémios, decorrente essencialmente, da alteração da legislação que regulamenta o fundo para pagamento de prémios do Euromilhões (Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março que altera a percentagem de 0,5% para 1% a deduzir às vendas);
- Mais 46,7% nos prémios a pagar, em virtude de:
 - Aumento do fundo que garante o valor mínimo de 1.000 mil euros para o 1.º prémio e assegura, quando necessário, o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios, denominada «Número da Sorte»;
 - Acréscimo do valor dos prémios a pagar dos jogos da Lotaria Instantânea do tipo *Win for Life*.

Em relação ao passivo corrente, regista-se uma diminuição de 0,6%, face a 2011. Esta diminuição resulta de:

- Decréscimo de 41,2% nos prémios a pagar, dado que em 2011 transitaram valores acumulados, resultantes de 30 *jackpot's* consecutivos no Totoloto. No final de 2012 a acumulação de *jackpot's* não era tão significativa;
- Quebra de 34,0% nos diferimentos pelo decréscimo nos rendimentos a reconhecer relativos às vendas antecipadas dos Jogos Sociais.
- Atenuado pelo aumento de 14,9% nas outras contas a pagar, devido, essencialmente, aos saldos das contas correntes com os beneficiários dos Jogos Sociais, decorrente do aumento nos resultados a distribuir;

De seguida apresenta-se os principais rácios financeiros:

	31 dez 2012	31 dez 2011
ESTRUTURA FINANCEIRA		
Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo total)	0,16	0,17
Solvabilidade total (Ativo total/Passivo total)	1,19	1,20
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	0,72	0,77
LIQUIDEZ		
Liquidez geral (Ativo corrente/Passivo corrente)	1,02	0,98

Indicadores

Vendas brutas dos Jogos Sociais – *per capita*

(euros / per capita)		
Jogos	2012	2011
Totobola	1,1	1,1
Totoloto	14,2	18,5
Joker	5,2	6,8
Euromilhões	99,4	100,4
Lotaria Clássica	5,7	6,1
Lotaria Popular	2,7	3,0
Lotaria Instantânea	35,7	19,6
Total	164,0	155,5

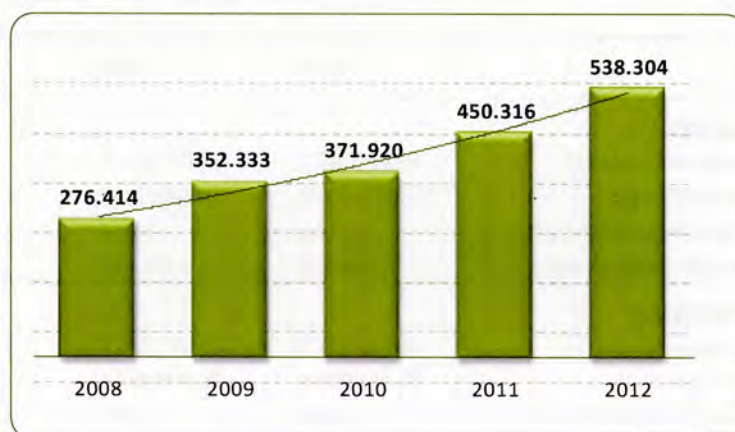
Vendas brutas do Euromilhões – *per capita*

(euros / per capita)		
Países	2012	2011
Bélgica	41,6	38,0
Reino Unido	30,3	25,5
França	24,2	22,8
Irlanda	28,6	28,4
Portugal	99,4	100,4
Espanha	31,5	31,9
Luxemburgo	73,2	73,8
Áustria	40,2	35,7
Suíça	48,3	44,4
Total	33,8	31,6

Vendas brutas dos Jogos Sociais por tipo de canal

Jogos	2012					2011				
	Canal tradicional	Internet	SMS	Desmat. L. Nacional	Total	Canal tradicional	Internet	SMS	Desmat. L. Nacional	Total
Totobola	11.394	673	-	-	12.068	10.512	583	-	-	11.095
Totoloto	140.392	9.016	18	-	149.426	184.099	11.549	20	-	195.669
Joker	52.435	2.624	5	-	55.064	69.169	2.817	5	-	71.991
Euromilhões	998.373	49.095	132	-	1.047.599	1.012.731	47.117	134	-	1.059.982
Lotaria Clássica	50.643	1.005	2	8.288	59.938	56.144	983	2	7.596	64.726
Lotaria Popular	22.684	577	1	5.249	28.511	26.390	561	1	4.899	31.851
Lotaria Instantânea	376.516	-	-	-	376.516	207.193	-	-	-	207.193
Total	1.652.436	62.991	158	13.537	1.729.121	1.566.239	63.610	162	12.496	1.642.507

Utilizadores registados no Portal de Jogos Santa Casa



Prémios superiores a 5 mil de euros

Intervalo (euros)	≥ 5.000 < 1.000.000	≥ 1.000.000
Totobola	109	-
Totoloto	97	7
Joker	555	4
Euromilhões	470	4
Lotaria Clássica	336	-
Lotaria Popular	145	-
Lotaria Instantânea	550	-
Totais	2.262	15

Prémios superiores a 1 milhão de euros

(euros)			
Data	Jogo	Distrito	Valor
07-01-2012	Totoloto	Braga	11.832.883
08-01-2012	Joker	Lisboa	3.129.188
08-01-2012	Joker	Castelo Branco	3.129.188
10-03-2012	Totoloto	Aveiro	6.315.499
24-03-2012	Totoloto	Porto	1.904.247
13-04-2012	Euromilhões	Bragança	53.763.221
14-04-2012	Totoloto	Setúbal	2.460.454
19-05-2012	Totoloto	Setúbal	2.452.667
15-06-2012	Euromilhões	Lisboa	1.391.583
19-06-2012	Euromilhões	Funchal	15.000.000
10-08-2012	Euromilhões	Lisboa	2.640.734
13-10-2012	Totoloto	Portal	11.079.671
14-10-2012	Joker	Porto	13.690.933
04-11-2012	Joker	Braga	1.121.322
29-12-2012	Totoloto	Viana Castelo	6.753.758
Total			136.665.346

Bilhetes/Frações da Lotaria Nacional

	2012	2011	Δ
Lotaria Clássica			
Rendimentos brutos (1)	59.937.746 €	64.725.821 €	-7,4%
Capital emitido (2)	291.000.000 €	276.000.000 €	5,4%
Taxa de colocação (3)=(1)/(2)	20,6%	23,5%	-2,9 p.p.
Número de fracções vendidas	7.810.493	8.732.690	-10,6%
Lotaria Popular			
Rendimentos brutos (1)	28.510.922 €	31.851.370 €	-10,5%
Capital emitido (2)	74.400.000 €	75.000.000 €	-0,8%
Taxa de colocação (3)=(1)/(2)	38,3%	42,5%	-4,1 p.p.
Número de bilhetes vendidos	12.200.754	13.580.705	-10,2%

Bilhetes vendidos da Lotaria Instantânea

Preço unitário	2012	2011	Δ
1,00 €	159.159.502	102.415.264	55,4%
2,00 €	51.747.755	32.537.689	59,0%
3,00 €	20.735.716	9.235.170	124,5%
4,00 €	3.506.166	2.999.240	16,9%
5,00 €	7.525.812	-	-
Total	242.674.951	147.187.363	64,9%

Registos de Apostas Mútuas

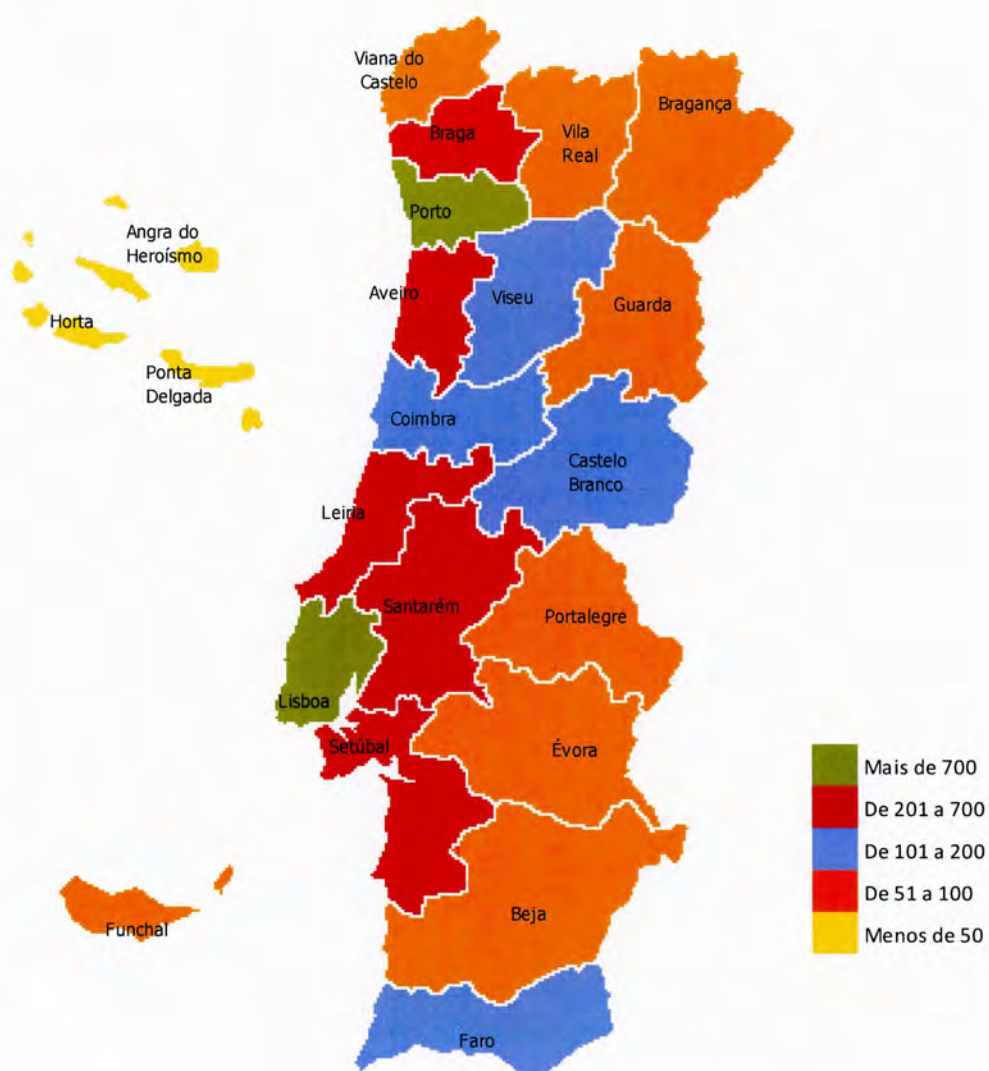
Jogos	2012	2011	Δ
Totobola			
Registos	2.996.161	2.894.908	3,5%
Apostas	30.168.950	30.020.006	0,5%
Apostas/Registos	10,1	10,4	-2,9%
Totoloto			
Registos	59.350.046	71.919.809	-17,5%
Apostas	166.028.582	250.879.490	-33,8%
Apostas/Registos	2,8	3,5	-19,8%
Joker (a)	55.064.002	71.990.902	-23,5%
Euromilhões			
Registos	227.787.393	211.511.474	7,7%
Apostas	523.799.733	529.991.139	-1,2%
Apostas/Registos	2,3	2,5	-8,2%

(a) Cada registo corresponde sempre a uma só aposta.

Contact Center

	2012	2011	Δ
Chamadas recebidas	173.996	194.260	-10,4%
Chamadas atendidas	155.328	180.719	-14,0%
Chamadas não atendidas	18.668	13.541	37,9%
Tempo médio espera	0:00:42	0:00:33	27,3%

Rede de mediadores



	2012	2011	Δ
Número de mediadores	4.472	4.506	-0,8%

	2012	2011
Receitas	1.100.000	1.000.000
Despesas	800.000	700.000
Resultado	300.000	300.000



	2012	2011
Receitas	1.100.000	1.000.000
Despesas	800.000	700.000
Resultado	300.000	300.000

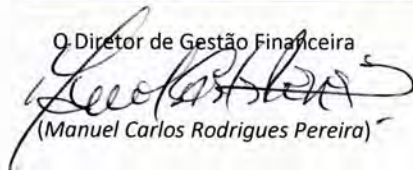
Parte II

Demonstrações financeiras

Balanço em 31 de dezembro

		(euros)	
	Notas	2012	2011
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	4.808.727	6.653.693
Ativos intangíveis	7	914.396	1.730.388
Participações financeiras - outros métodos	8	19.600	19.600
Mediadores	11	1.712.254	3.394.684
Outros ativos financeiros	9	105.714.718	92.691.011
		113.169.695	104.489.376
Corrente			
Inventários	10	3.856.979	1.195.986
Mediadores	11	41.306.365	42.906.912
Adiantamentos a fornecedores		249.115	33.173
Estado e outros entes públicos	12	2.995	-
Outras contas a receber	13, 19, 33	24.307.636	27.817.808
Diferimentos	14	1.402.737	1.707.369
Outros ativos financeiros	4	-	-
Caixa e depósitos bancários	4	114.254.302	106.311.120
		185.380.129	179.972.369
Total do ativo		298.549.825	284.461.745
Capital próprio			
Capital próprio			
Fundo social	15	181.277	181.277
Resultados transitados	16	5.219.351	5.219.351
Outras variações no capital próprio	17	41.693.426	42.669.239
		47.094.054	48.069.867
Resultado líquido do período	16	534.457.666	525.959.028
Resultado distribuído aos Beneficiários	16	(534.326.608)	(523.133.806)
Resultados inerentes à constituição dos Fundos	17	(131.058)	(2.825.221)
Total do capital próprio		47.094.054	48.069.867
Passivo			
Não corrente			
Provisões	18	51.818.332	41.239.105
Prémios a Pagar	21	17.672.411	12.049.181
		69.490.744	53.288.285
Corrente			
Fornecedores	20	3.939.609	6.404.247
Estado e outros entes públicos	12	6.644.046	6.740.340
Prémios a pagar	21	17.008.877	28.930.714
Outras contas a pagar	22,33	144.024.463	125.359.082
Diferimentos	23	10.348.032	15.669.210
		181.965.027	183.103.593
Total do passivo		251.455.771	236.391.878
Total do capital próprio e do passivo		298.549.825	284.461.745

O Diretor de Gestão Financeira



(Manuel Carlos Rodrigues Pereira)

O Administrador Executivo

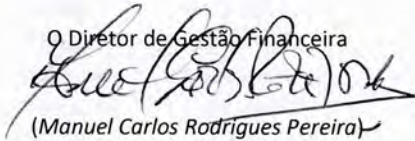


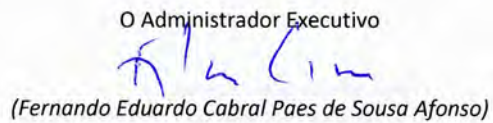
(Fernando Eduardo Cabral Paes de Sousa Afonso)

Demonstração dos resultados por naturezas

(euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2012	2011
Vendas e serviços prestados	24	596.854.377	593.668.055
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25	(7.393.638)	(5.983.713)
Fornecimentos e serviços externos	26,33	(46.299.020)	(58.183.155)
Gastos com o pessoal	27	(12.999.638)	(10.289.373)
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	10	(43)	(18.659)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	11	(252.298)	(41.266)
Provisões (aumentos/ reduções)	18	(11.279.205)	(10.358.462)
Aumentos/ reduções de justo valor	9	713	2.596
Outros rendimentos e ganhos	28	15.742.434	17.648.010
Outros gastos e perdas	29	(1.333.469)	(1.715.566)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		533.040.213	524.728.465
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	6, 7	(3.496.363)	(3.702.739)
Imparidade de investimentos depreciaáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		529.543.851	521.025.726
Juros e rendimentos similares obtidos	30	4.996.976	5.635.941
Juros e gastos similares suportados	30	(83.161)	(702.639)
Resultado líquido do período		534.457.666	525.959.028

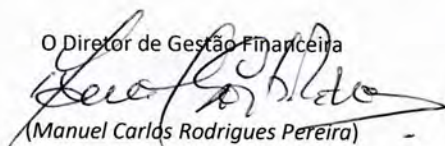
O Diretor de Gestão Financeira

 (Manuel Carlos Rodrigues Pereira)

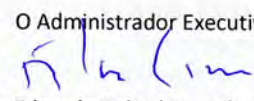
O Administrador Executivo

 (Fernando Eduardo Cabral Paes de Sousa Afonso)

Demonstração das alterações no capital próprio

(euros)

	Fundo social	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
1 de janeiro de 2011	181.277	5.219.351	40.490.192	-	45.890.820
Alterações no período					
Alterações políticas contabilísticas	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	2.179.047	-	2.179.047
	181.277	5.219.351	42.669.239	-	48.069.867
Resultado líquido do período	-	-	-	525.959.028	525.959.028
Resultado integral	181.277	5.219.351	42.669.239	525.959.028	574.028.894
Operações com detentores de capital no período					
Distribuições	-	-	-	(523.133.806)	(523.133.806)
Outras operações	-	-	-	(2.825.221)	(2.825.221)
	-	-	-	(525.959.028)	(525.959.028)
31 de dezembro de 2011	181.277	5.219.351	42.669.239	-	48.069.867
1 de janeiro de 2012	181.277	5.219.351	42.669.239	-	48.069.867
Alterações no período					
Alterações políticas contabilísticas	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	(975.813)	-	(975.813)
	181.277	5.219.351	41.693.426	-	47.094.054
Resultado líquido do período	-	-	-	534.457.666	534.457.666
Resultado integral	181.277	5.219.351	41.693.426	534.457.666	581.551.720
Operações com detentores de capital no período					
Distribuições	-	-	-	(534.326.608)	(534.326.608)
Outras operações	-	-	-	(131.058)	(131.058)
	-	-	-	(534.457.666)	(534.457.666)
31 de dezembro de 2012	181.277	5.219.351	41.693.426	-	47.094.054

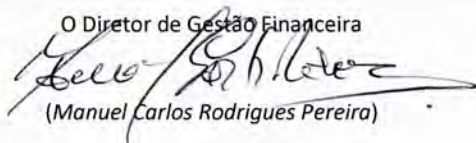
O Diretor de Gestão Financeira

 (Manuel Carlos Rodrigues Pereira)

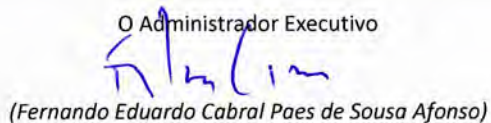
O Administrador Executivo

 (Fernando Eduardo Cabral Paes de Sousa Afonso)

Demonstração dos fluxos de caixa

(euros)

	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de mediadores	1.319.314.447	1.223.839.064
Pagamentos a fornecedores	(45.238.511)	(56.930.430)
Pagamentos ao pessoal	(5.806.451)	(5.688.846)
Caixa gerada pelas operações	1.268.269.486	1.161.219.788
Outros recebimentos/ pagamentos		
Rec. outras atividades operacionais		
Estado	8.648	
Euromilhões	3.007.585	1.558.314
Outros recebimentos	164.304	289.103
Pag. outras atividades operacionais		
Estado	(81.288.919)	(76.850.892)
Prémios	(636.147.355)	(538.985.280)
Distribuição de resultados pelos Beneficiários	(528.277.272)	(503.587.186)
Euromilhões	(2.158.538)	(5.291.084)
Outros Pagamentos	(1.194.579)	(5.738.420)
Rec./Pagam. SC, HOSA, CMRA e ESSA	(4.305.293)	(4.356.446)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	18.078.066	28.257.898
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(1.908.664)	(512.078)
Ativos intangíveis		(27.222)
Investimentos financeiros	(21.177.099)	(23.549.956)
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	12.835.635	9.130.966
Juros e rendimentos similares	109.364	487.108
Dividendos	5.880	
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	(10.134.884)	(14.471.182)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos e similares	-	(144)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento	-	(144)
Variação de caixa e seus equivalentes	7.943.182	13.786.572
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	106.311.120	92.524.548
Caixa e seus equivalentes no fim do período	114.254.302	106.311.120

O Diretor de Gestão Financeira

 (Manuel Carlos Rodrigues Pereira)

O Administrador Executivo

 (Fernando Eduardo Cabral Paes de Sousa Afonso)

Anexo às demonstrações financeiras

1. Introdução

O Departamento de Jogos (referido neste documento como “**Departamento de Jogos**” ou “**Entidade**”) integra a estrutura orgânica da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (referida neste documento como “**Santa Casa**” ou “**Serviços Centrais**”), tal como previsto nos Estatutos desta Entidade, publicados como anexo ao Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro.

O Departamento de Jogos tem a sua operação sediada na Rua das Taipas, n.º.1, Freguesia de São José, Concelho de Lisboa.

Esta Entidade tem como atividade a gestão e exploração de Lotarias, Apostas Mútuas e quaisquer jogos autorizados ou por qualquer forma concedidos à Santa Casa, tendo em vista a obtenção eficaz dos meios necessários à prossecução dos seus fins ou de outros de ordem social, a nível nacional, definidos por lei.

Os jogos atualmente explorados pelo Departamento de Jogos são:

- | | |
|-----------------------|---------------|
| ➤ Lotaria Clássica | ➤ Totobola |
| ➤ Lotaria Popular | ➤ Joker |
| ➤ Lotaria Instantânea | ➤ Euromilhões |
| ➤ Totoloto | |

No âmbito da concessão o Departamento de Jogos tem atribuídas competências para o exercício das seguintes atividades:

- Elaboração do seu plano de atividades, orçamento e relatório e contas;
- Definição das condições essenciais à habilitação de prémios, a aprovar pela tutela;
- Aprovação dos planos de extrações das lotarias;
- Definição dos regulamentos de jogos, incluindo a fixação do preço de aposta, valor percentual de receita a reservar para prémios, a aprovar pela tutela;
- Definição do número de prémios a vigorar para cada modalidade de jogo social, a aprovar pela tutela;
- Estruturação orgânica dos serviços;
- Elaboração do regulamento geral de cada jogo social, a aprovar pela tutela;
- Determinação das modalidades desportivas a incluir nos concursos de apostas mútuas desportivas;
- Definição da rede de postos de venda a estabelecer a nível nacional, regulamentando a sua atividade e fixando as respetivas remunerações pagas pelos jogadores;

- Habilitação da Mesa da Santa Casa com as informações e pareceres sobre Jogos Sociais cuja exploração venha a ser proposta à Santa Casa;
- Apreciação dos processos de contraordenação que vierem a ser instaurados quanto à exploração ilícita de Jogos Sociais; e
- Apresentação de propostas à Mesa da Santa Casa, quanto a possíveis filiações em organismos internacionais de lotarias e outros Jogos Sociais.

Ao dispor de orçamento e demonstrações financeiras próprias, anexos ao orçamento e demonstrações financeiras da Santa Casa, o Departamento de Jogos não integra as demonstrações financeiras consolidadas da Santa Casa.

Os Órgãos do Departamento de Jogos encontram-se definidos através do art.º 28º do Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, sendo estes o Administrador Executivo e os Júris (concursos, extrações e reclamações). Como Administrador Executivo, encontra-se nomeado o Vice-Provedor da Santa Casa. As referências a “Administrador Executivo”, ao longo deste anexo, referem-se ao órgão social.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Mesa da Santa Casa, na reunião de 28 de fevereiro de 2013. É opinião da Mesa que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Departamento de Jogos, bem como a sua posição e *performance* financeira e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, tendo sido preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Departamento de Jogos, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas nas melhores experiências e nas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras individuais são apresentadas na Nota 5.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que a seguir se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Departamento de Jogos estão mensurados na moeda do ambiente económico em que cada entidade opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras do Departamento de Jogos e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação da Santa Casa.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, como “Juros e rendimentos similares obtidos” ou “Juros e gastos similares suportados” se relacionados com aplicações financeiras ou empréstimos/ operações de financiamento; ou, como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” para todos os outros saldos e transações, reconhecidos na demonstração dos resultados.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2012	2011
USD	1,3194	1,2939
CHF	1,2072	1,2156
GBP	0,8161	0,8353

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o montante da valorização, determinado à data de transição para NCRF, e o custo de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

O Departamento de Jogos apenas capitaliza ativos fixos tangíveis com valor de aquisição superior a 200 euros. No entanto, procede-se à depreciação da totalidade do bem no primeiro período de utilização sempre que o valor de aquisição seja inferior a 1.000 euros.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Vida útil
Edifícios e outras construções	Entre 10 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 5 a 12 anos
Equipamento de transporte	Entre 6 a 10 anos
Equipamento Informático	Entre 1 a 10 anos
Sinalética	Entre 1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 1 a 30 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, sendo registada uma perda por imparidade quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico (ver política 3.4).

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3 Ativos intangíveis

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende o seu preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais, taxas e qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos pelo seu custo, sempre que seja provável que da sua utilização possam advir benefícios económicos futuros para o Departamento de Jogos e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

No caso do Departamento de Jogos, os ativos que se enquadram nestas definições correspondem:

- Aos programas de computador (*software*) adquiridos como suporte essencial às suas operações administrativas e acessórias;
- Aos custos incorridos com o desenvolvimento do portal de Jogos, através do qual funciona o sistema de apostas *on-line* para os apostadores dos Jogos Sociais; e
- A todos os gastos de desenvolvimento interno de aplicações informáticas desenhadas em função das necessidades particulares do Departamento de Jogos, desde que cumpridas as seguintes condições, cumulativamente:
 - A aplicação informática em desenvolvimento é avaliada como tecnicamente viável e será concluída;
 - Existe uma intenção expressa do Departamento de Jogos de utilizar a aplicação informática que resultar do projeto e está demonstrada a existência de competências internas para tal utilização;
 - Está demonstrado que a utilização da aplicação informática gera benefícios para as operações do Departamento de Jogos;
 - Está assegurado o financiamento e a alocação de recursos técnicos necessários para a conclusão do projeto; e
 - O sistema interno de imputação de custos aos projetos permite a correta mensuração dos custos de desenvolvimento da aplicação.

Sempre que um projeto em curso não cumpra com os critérios acima definidos, os custos incorridos são reconhecidos imediatamente em resultados do período.

O Departamento de Jogos valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, ou seja, ao custo inicial deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, durante a sua vida útil estimada, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme segue:

	Vida útil
Programas de computador	Entre 3 a 7 anos

O Departamento de Jogos determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, os quais são revistos anualmente quanto à sua razoabilidade.

3.4 Imparidade de ativos não financeiros

O Departamento de Jogos realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Departamento de Jogos regista a respetiva perda por imparidade na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é o maior de entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que adequado, é analisada a hipótese de reverter perdas por imparidade consideradas em períodos anteriores. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente.

Os ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidos perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.5 Ativos financeiros

Determina-se a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são classificados/ mensurados como:

- Ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros:

- Que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- Cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- Que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou ao custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio, cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período.

O Departamento de Jogos avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, o Departamento de Jogos reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.6 Compensação de saldos

A compensação de ativos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efetuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a compensação, bem como a intenção de efetuar a regularização dos saldos pelo valor líquido ou quando o ativo e o passivo sejam realizados e pagos simultaneamente.



3.7 Inventários

Os inventários do Departamento de Jogos compreendem bilhetes de Jogos Sociais de Apostas Mútuas e Lotaria Instantânea, papel térmico utilizado para o registo das apostas, pelos mediadores (bens essenciais ao funcionamento do equipamento do sistema de jogo *on-line*) e consumíveis para jogo, nomeadamente, material tipográfico e informático para impressão de jogo.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, sendo valorizados posteriormente ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O método de custeio dos inventários é o custo médio ponderado.

3.8 Mediadores e Outras contas a receber

As rubricas de Mediadores e de Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável).

As receitas de Apostas Mútuas são usualmente entregues pelos mediadores até uma semana após o concurso.

As entregas de receitas do jogo físico da Lotaria Nacional, para mediadores com garantia bancária, são regularizadas até 30 dias após a véspera da extração. As cobranças referentes a mediadores sem garantia bancária são realizadas no ato do levantamento do jogo. A cobrança da lotaria desmaterializada é realizada na quarta-feira da semana seguinte à semana da venda.

As receitas de Lotaria Instantânea são cobradas na semana seguinte à receção da encomenda no terminal “Altura”.

As perdas por imparidade dos Mediadores e das Outras contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de Dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas pela mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Dificuldades financeiras severas, probabilidade de declaração de falência ou reestruturação financeira são considerados como indicadores de que o valor a receber encontra-se em imparidade. O valor ajustado corresponde à diferença entre o valor originalmente devido e o valor presente dos fluxos de caixa futuros.

3.9 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários, quando contratualizados, são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.10 Passivos financeiros

Determina-se a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros são classificados/ mensurados como:

- Ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros:

- Que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- Cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- Que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros contratados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

3.11 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Departamento de Jogos possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12 Fornecedores e Outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e de Outras contas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, e subsequentemente mensuradas ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

3.13 Benefícios aos empregados

A Santa Casa comprometeu-se com o pagamento de prestações pecuniárias aos seus colaboradores, a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência imediata ou diferida e orfandade, tendo sido constituído um plano de pensões de benefícios definidos (doravante designado de “Plano de Pensões”), em função do quadro de pessoal da Santa Casa e do Departamento de Jogos à data de constituição.

O Departamento de Jogos assume adicionalmente a responsabilidade pelo pagamento de pré-reformas, até ao seu momento de passagem efetiva à reforma. Estes pagamentos correspondem a parte do salário do empregado até à data de reforma pela Caixa Geral de Aposentações, período que, usualmente, não ultrapassa um horizonte de tempo de 2-3 meses.

Conforme referido na Nota 19, o Fundo foi constituído de forma a financiar a quase totalidade das suas responsabilidades por tais pagamentos.

➤ Plano de Pensões do Departamento de Jogos

Durante o primeiro trimestre de 2008 foi constituído o Fundo de Pensões da Santa Casa, com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondente ao número de anos e meses contados após a data da inscrição na Segurança Social até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (também referida neste documento como “CGA”), assim como os complementos de reforma previstos no Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho.

O Plano de Pensões atribuído visa garantir pensões por velhice, invalidez e sobrevivência, sendo que a totalidade das responsabilidades foram transferidas para fundo autónomo, tendo sido entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos.

As pensões encontram-se consagradas nos seguintes diplomas (aplicáveis ao Departamento de Jogos):

- **Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho** – abrange o pessoal que desde 31 de julho de 1980 pelos estatutos de aposentação e de sobrevivência do funcionalismo público (n.º 2 do artigo 2º), e que, a essa data, já se encontrava vinculado a organismos do Estado, onde passou a estar sujeito ao regime da função pública (artigo 3º), e pessoal que se encontrava reformado pela Caixa de Previdência dos Empregados da Assistência, garantindo a Santa Casa um complemento de reforma (diferença entre a pensão que iriam auferir através da CGA e a pensão que auferiam nessa data), tratando-se de um complemento vitalício, sem atualização (n.ºs. 1 e 2 do artigo 6º);

- **Decreto-Lei n.º 94/2000, de 23 de maio** – abrange os colaboradores do Departamento de Jogos que, até 31 de dezembro de 2005, reuniam as condições expressas no artigo 1º do referido diploma. Os benefícios a cargo da Santa Casa são os seguintes:
 - Pensão de aposentação a atribuir, de acordo com o Decreto-Lei nº. 498/72, de 9 de dezembro, correspondente a 90% do salário, até que o aposentado atinja as condições de reforma – pensão até à INR (idade normal de reforma);
 - Quotização à CGA (10% do salário)

Passado este período, a Santa Casa passa a ser responsável apenas pelo disposto no Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho, para os trabalhadores admitidos antes da entrada em vigor do referido diploma. Quanto aos colaboradores admitidos após julho de 1980, a responsabilidade é encargo total da CGA – pensão após INR.

As pensões contempladas pelo plano correspondem a:

- **Pensão de velhice e invalidez** – pensão paga pela CGA, sendo esta responsável pela quota-parte da pensão correspondente ao tempo de serviço decorrido após a data de inscrição naquela Entidade, sendo o tempo anterior encargo da Santa Casa e Centro Nacional de Pensões (CNP);
- **Pensão de sobrevivência imediata e orfandade** – em caso de morte de colaborador ativo a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis;
- **Pensão de sobrevivência diferida** - em caso de morte de ex-colaborador aposentado a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis.

Em ambos os casos de sobrevivência a pensão a atribuir pelo CNP corresponde a 60% da pensão de reforma, sendo que a quota-parte a cargo da Santa Casa será ligeiramente inferior aos 50%.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de *rating* elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço, deduzido do justo valor dos ativos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos nos resultados do período em que o corte ou a liquidação ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado de tal forma que os benefícios atribuídos são reduzidos, originando uma redução nas responsabilidades com o plano.

➤ **Férias e subsídio de férias**

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito no mínimo a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são registadas no período em que todos os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo a pagar relevado na rubrica de “Credores por acréscimos de gastos”.

3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Departamento de Jogos tem:

- Uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados;
- Para a qual há uma significativa probabilidade (superior a 50%) que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e
- O montante possa ser estimado com razoabilidade. Provisões para fazer face a perdas operacionais futuras não são reconhecidas.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Departamento de Jogos divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa de desconto, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num exfluxo para pagar a obrigação é determinada considerando a classe de obrigações de forma agregada.

Provisão para reclamação e pagamento de prémios

O Departamento de Jogos encontra-se regulado por legislação específica, criada para efeitos de enquadramento e âmbito da atividade de exploração dos Jogos Sociais, a qual se alicerça na obrigatoriedade de constituição de Fundos destinados ao pagamento de prémios por reclamações procedentes. Assim, o Departamento de Jogos deve ter permanentemente refletido nas suas demonstrações financeiras as obrigações assumidas, atualizando a provisão em função das receitas globais anuais de jogo, com os seguintes limites:

Diploma legal	Jogo	% Receitas	% Prémios	Limite máximo fixado (euros)
Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 de mar., com as alterações introduzidas pelos Dec.-Lei n.º 387/86, de 17 de nov. e n.º 258/97, de 30 de set., republicado pelo Dec.-Lei n.º 317/2002, de 27 de dez., e Dec.-Lei n.º 153/2000 de 21 de jul.	Totoloto	0,5%	-	423.978
	Totobola	0,5%	-	74.820
Dec.-Lei n.º 200/2009, de 27 de ago., regulamentado pela Portaria n.º 102/2011, de 11 de mar.	Totoloto	-	10% (a)	Não definido
Dec.-Lei n.º 412/93, de 21 de dez., republicado pelo Dec.-Lei n.º 153/2009, de 2 de jul.	Joker	2,0%	-	1.000.000
Dec.-Lei n.º 210/2004, de 20 de ago, alterado pelo Dec.-Lei n.º 44/2011, de 24 de mar.	Euromilhões	1% (b)	-	150.000.000

(a) O valor retido para constituição e manutenção do Fundo para pagamento do 1º Prémio do Totoloto, incide sobre o montante destinado a prémios. Percentagem de retenção aplicável a partir de 13 de março de 2011. Até esta data a percentagem de retenção era de 12%. Este fundo é incrementado ou utilizado consoante o montante para prémios da categoria "Número da Sorte" seja superior, ou inferior ao valor de prémios a pagar desta categoria, respectivamente.

(b) Percentagem de retenção e limite máximo aplicáveis a partir de março de 2011. Até fevereiro a percentagem de retenção era de 0,5% e o limite máximo fixado de 50.000.000 euros.

Provisão para processos judiciais em curso

Provisões relacionadas com processos judiciais que respeitam essencialmente a discordâncias de natureza contratual com fornecedores. O Departamento de Jogos reconhece esta provisão quando estima que é mais provável do que não que a Empresa tenha de pagar.

3.15 Fundo para pagamento de prémios do Totoloto

Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto e com a publicação da Portaria nº 102/2011, de 11 de março, o Departamento de Jogos encontra-se obrigado a constituir um Fundo para pagamento de prémios do Totoloto, garantindo o montante mínimo de 1.000.000 euros para o primeiro prémio. Esta conta é reforçada em função da incidência de uma taxa fixa de 10% sobre os prémios do Totoloto. Assegura, ainda, quando necessário o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada "Número da Sorte".

3.16 Distribuição de resultados aos beneficiários dos Jogos Sociais

A distribuição de resultados aos beneficiários dos Jogos Sociais explorados pelo Departamento de Jogos é reconhecida como obrigação nas demonstrações financeiras no período em que estes são aprovados pela Mesa da Santa Casa. A distribuição de resultados aos beneficiários dos Jogos Sociais é efetuada de acordo com a legislação aplicável, nomeadamente através do Decreto-Lei nº 56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março e pelo Decreto-Lei nº 106/2011, de 21 de outubro.



3.17 Outras variações no Capital Próprio - Subsídios e apoios do Governo

Dada a sua atividade o Departamento de Jogos não recebe subsídios do Governo ou de qualquer entidade similar.

Os Decretos-Lei que regulam a atividade do Departamento de Jogos determinam, relativamente às obrigações de renovação de equipamento de jogo, a cativação de receitas obtidas com os Jogos Sociais para o financiamento do investimento futuro em equipamento, antes da distribuição de resultados aos beneficiários. Este requisito visa garantir os meios líquidos ao gestor dos Jogos Sociais, que lhe permitam manter a rede de jogo *on-line* em funcionamento.

O valor das receitas cativado anualmente é regularizado em função das depreciações e amortizações dos equipamentos de jogo, pelo que assume na substância a natureza de um subsídio ao investimento não reembolsável. O valor das receitas cativado tem um tratamento contabilístico análogo aos subsídios, pelo que é registado na rubrica de "Outras variações no capital próprio".

3.18 Locações

Nas locações consideradas operacionais, únicas a que o Departamento de Jogos recorreu, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.19 Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.20 Rédito

O rédito do Departamento de Jogos resulta essencialmente da exploração dos Jogos Sociais do Estado, atribuídos pela Tutela, nomeadamente jogos de Apostas Mútuas e Lotarias. O rédito é registado líquido de prémios de jogo, remunerações dos mediadores pagas pelos jogadores, devoluções reconhecidas e imposto do selo sobre apostas.

➤ Apostas de Jogo

Lotaria Clássica e Popular: o rédito é reconhecido no período em que a extração é realizada. As vendas efetuadas em período anterior ao da realização da extração são consideradas como "Diferimentos – Rendimentos a reconhecer".

Lotaria Instantânea: o rédito é reconhecido em função das vendas efetuadas aos mediadores nos pontos de venda, face ao capital emitido e prémios já pagos.

Apostas Mútuas: os réditos são reconhecidos na data da realização do concurso.

Todas as receitas de jogo têm origem em Portugal Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

➤ **Prémios de Jogo**

Lotaria Clássica e Popular: os prémios de jogo são reconhecidos no momento da extração. Os prémios que venham a caducar por falta de levantamento após um período de 3 meses são reconhecidos como rendimento do período em que ocorre a caducidade.

Lotaria Instantânea: os prémios são especializados de acordo com a percentagem prevista no regulamento de jogo, tendo este sido especializado em função da média do rácio prémios/ vendas, dos últimos quatro anos, arredondada por excesso.

Apostas Mútuas: os prémios são reconhecidos na data de realização do concurso. A política adotada para prémios caducados é idêntica à atrás referida para a Lotaria Clássica e Popular.

Até 11 de março de 2011 as percentagens para prémios eram regulamentadas pela Portaria n.º 973/2009, de 31 de agosto. A Portaria n.º 102/2011, de 11 de março revogou a Portaria 973/2009 (art.º 3.º), mantendo as percentagens para prémios.

As percentagens para prémios incidem sobre os rendimentos brutos das Apostas Mútuas, e sobre o capital emitido das Lotarias:

Jogo Social	% Prémios
Totobola	60%
Totoloto	55%
Joker	55%
Euromilhões	50%
Lotaria Nacional	70%
Lotaria Instantânea	Entre 50% e 70%

➤ **Imposto do selo**

Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 175/2009, de 4 de agosto, com efeitos práticos a 1 de setembro de 2009, os Jogos Sociais passaram a estar sujeitos a Imposto do Selo, o qual passa a incidir sobre as apostas realizadas à taxa de 4,5%, conforme verba 11 da Tabela Geral do Imposto do Selo. O imposto é exigido a quem detém o título do benefício do rendimento, neste caso o Departamento de Jogos, e tratando-se de um imposto cobrado por conta do Estado numa transação que originou rédito, este é abatido ao rédito dos Jogos Sociais.

➤ **Remunerações dos mediadores pagas pelos jogadores**

Os mediadores são remunerados pelos jogadores relativamente aos serviços que lhes são prestados, conforme previsto no regulamento dos mediadores (Portaria nº. 313/2004, de 23 de março, alterada pela Portaria n.º 216/2012, de 18 de julho).

fm

Esta remuneração é realizada mediante a cobrança de uma percentagem sobre o valor das apostas, paga pelos jogadores, de acordo com as tabelas aprovadas pela Mesa da Santa Casa.

O preço final da aposta já inclui esta remuneração.

Jogo Social	% Remuneração
Totobola	7%
Totoloto	7%
Joker	7%
Euromilhões	5%
Lotaria Clássica	12,7%
Lotaria Clássica - Venda <i>on-line</i>	7%
Lotaria Popular	12,5%
Lotaria Popular - Venda <i>on-line</i>	7%
Lotaria Instantânea	10%

➤ Outros

O rédito proveniente de ativos financeiros é reconhecido através do método da taxa de juro efetiva.

3.21 Demonstração de fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto.

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também eventuais descobertos bancários incluídos no balanço, na rubrica de "Financiamento obtido - corrente".

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em atividades: i) operacionais; ii) investimento; e iii) financiamento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de mediadores, o pagamento de prémios e de impostos, a distribuição dos resultados aos beneficiários, os pagamentos a fornecedores e ao pessoal.

Os fluxos de caixa incluídos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de ativos imobilizados, e ainda remuneração de equivalentes de caixa e liquidação dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos de empréstimos obtidos, pagamento de rendas de locações e juros e despesas relacionadas.

3.22 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos entre a data do balanço e a data da aprovação das demonstrações financeiras que afetem o valor dos ativos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras, caso sejam significativos. Consoante a natureza dos mesmos, poderão dar origem a ajustamentos aos montantes reportados à data do balanço ou divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.23 Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que o Departamento de Jogos tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

3.24 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Na ausência de uma NCRF de aplicação específica a uma transação ou a outro evento ocorrido na Entidade, a política de relato financeiro a seguir baseia-se em normas e interpretações que tratem de transações ou eventos semelhantes e na Estrutura Conceptual.

3.25 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Departamento de Jogos são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o impacto real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

➤ Estimativas contabilísticas relevantes

- Provisões

O Departamento de Jogos analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Sempre que adequado, o Departamento de Jogos suporta o seu julgamento com base na opinião dos advogados para determinar a necessidade de reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências bem como o valor da mesma (Nota 18).

- **Pressupostos atuariais**

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os ativos e as tabelas de mortalidade e invalidez.

As alterações dos pressupostos atuariais terão impactos no valor contabilístico líquido das responsabilidades, sendo tal impacto expresso em resultados do período (Nota 19).

- **Ativos tangíveis e intangíveis**

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento para os ativos no âmbito da atividade (Nota 6 e Nota 7).

4. Fluxos de caixa

4.1 Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O Departamento de Jogos não possui quaisquer montantes de “Caixa e equivalentes de caixa” que estejam sujeitos a restrições de utilização.

As obrigações assumidas pelo Departamento de Jogos no âmbito da gestão dos Jogos Sociais e no pagamento de prémios estão “fundeadas” na totalidade através de aplicações financeiras a prazo (não correntes), para as quais existem determinações legais quanto à sua movimentação, mas que não constituem “Caixa ou equivalentes de caixa”.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e em Depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2011 e 2012, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa, apresenta os seguintes valores:

	(euros)	
	2012	2011
Numerário		
- Caixa	386 607	146 349
	386.607	146.349
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	-21.482.304	-5.285.229
- Depósitos a prazo < 90 dias	98.500.000	94.950.000
- Depósitos a prazo > 90 dias	36.850.000	16.500.000
	113.867.696	106.164.771
Outros ativos financeiros	-	-
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	114.254.302	106.311.120
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-
Total de Caixa e equivalentes de caixa	114.254.302	106.311.120

O saldo de depósitos bancários à ordem apresenta saldo negativo por estarem incluídas ordens de pagamento de prémios por levantar pelos premiados, no valor de 23.025.081 euros. No entanto, não se verificou qualquer situação de descoberto em contas bancárias do Departamento de Jogos.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Erros de períodos anteriores

Não foram detetados erros de períodos anteriores.

6. Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	(euros)								
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento informático	Outro Equipamento administrativo	Sinalética	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2011									
Custo de aquisição	2.359.030	41.826.763	161.823	2.124.914	930.448	1.795.000	550.298	-	49.748.276
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(1.123.756)	(38.600.538)	(114.782)	(1.955.677)	(518.664)	(1.351.321)	(253.777)	-	(43.918.515)
Valor líquido	1.235.274	3.226.225	47.040	169.238	411.784	443.678	296.521	-	5.829.761
Adições									
Adições	64.160	356.066	19.619	2.645.921	32.463	177.685	15.701	-	3.311.613
Alienações									
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	(6.200)	-	-	-	(3.713)	-	-	(9.913)
Perdas por imparidade									
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - período	(96.443)	(1.104.453)	(11.396)	(988.619)	(95.564)	(144.079)	(45.690)	-	(2.486.243)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - transf. e abates	-	5.861	-	-	-	2.614	-	-	8.475
Valor líquido	1.202.991	2.477.500	55.263	1.826.540	348.683	476.185	266.532	-	6.653.693
31 de dezembro de 2011									
Custo de aquisição	2.423.190	42.176.629	181.441	4.770.835	962.910	1.968.972	565.998	-	53.049.976
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(1.220.199)	(39.699.130)	(126.178)	(2.944.296)	(614.228)	(1.492.787)	(299.466)	-	(46.396.283)
Valor líquido	1.202.991	2.477.500	55.263	1.826.540	348.683	476.185	266.532	-	6.653.693

	(euros)								
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento informático	Outro Equipamento administrativo	Sinalética	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2012									
Custo de aquisição	2.423.190	42.176.629	181.441	4.770.835	962.910	1.968.972	565.998	-	53.049.976
Perdas de imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(1.220.199)	(39.699.130)	(126.178)	(2.944.296)	(614.228)	(1.492.787)	(299.466)	-	(46.396.283)
Valor líquido	1.202.991	2.477.500	55.263	1.826.540	348.683	476.185	266.532	-	6.653.693
Adições									
Adições	-	20.135	-	1.852	30.387	239.760	5.847	306.041	604.021
Alienações									
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	60.207	-	-	-	-	(12.144)	-	(60.207)	(12.144)
Perdas de imparidade									
Perdas de imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - período	(100.687)	(997.972)	(15.486)	(937.446)	(100.005)	(246.221)	(48.853)	-	(2.446.671)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - transf. e abates	-	-	-	-	-	9.828	-	-	9.828
Valor líquido	1.162.511	1.499.662	39.777	890.946	279.064	467.408	223.526	245.833	4.808.727
31 de dezembro de 2012									
Custo de aquisição	2.483.397	42.196.764	181.441	4.772.687	993.297	2.196.588	571.845	245.833	53.641.853
Perdas de imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(1.320.886)	(40.697.102)	(141.664)	(3.881.742)	(714.233)	(1.729.180)	(348.319)	-	(48.833.126)
Valor líquido	1.162.511	1.499.662	39.777	890.946	279.064	467.408	223.526	245.833	4.808.727

Dos ativos registados na classe “Edifícios e outras construções”, relativo à conta “Obras em edifícios arrendados/cedidos”, encontram-se reconhecidos investimentos em obras de beneficiação no edifício sede do Departamento de Jogos, Rua das Taipas nº.1, que no período em análise sofreram um acréscimo de 60.207 euros e que no global ascende, nesta data, a 826.830 euros líquidos (2011: 860.280 euros).

Os valores mais significativos contabilizados como “Equipamento básico” correspondem ao equipamento de jogo instalado nos pontos de venda dos mediadores dos Jogos Sociais, nomeadamente os terminais *on-line* e equipamento de impressão complementar.

6.1 Adições

Os aumentos ocorridos na rubrica ativos fixos tangíveis no decurso do período de 2012, refletem 604.021 euros, essencialmente provenientes de aquisições de sinalética e em curso (adições 2011: 3.311.613 euros, essencialmente equipamento informático).

6.2 Abates

No período findo em 31 de dezembro de 2012, registaram-se abates no valor de 12.144 euros.

As depreciações dos bens dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, pela sua totalidade, na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e amortização” da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

À data de 31 de dezembro de 2012 os ativos fixos tangíveis em poder de terceiros ascendem a 1.167.285 euros, os quais correspondem efetivamente a máquinas do sistema de jogo *on-line*, no valor de 699.877 euros, e peças promocionais de sinalética, no valor de 467.408 euros.

7. Ativos intangíveis

O valor dos ativos intangíveis refere-se ao Portal de Jogos e programas informáticos de suporte às atividades operacionais e administrativas do Departamento de Jogos. A evolução registada para os períodos apresentados, é como segue:

	(euros)			
	Propriedade industrial	Programas de computador	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2011				
Custo de aquisição	3.442.657	19.005.367	-	22.448.024
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(2.668.762)	(17.119.765)	-	(19.788.527)
Valor líquido	773.894	1.885.602	-	2.659.496
Adições	-	213.587	73.800	287.387
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	-	73.800	(73.800)	-
Perdas por imparidade	-	-	-	-
Amortização - período	(157.402,23)	(1.059.093)	-	(1.216.495)
Amortização - alienações	-	-	-	-
Amortização - transferências e abates	-	-	-	-
Valor líquido	616.492	1.113.896	-	1.730.388
31 de dezembro de 2011				
Custo de aquisição	3.442.657	19.292.754	-	22.735.411
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(2.826.165)	(18.178.858)	-	(21.005.023)
Valor líquido	616.492	1.113.896	-	1.730.388

	(euros)			
	Propriedade industrial	Programas de computador	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2012				
Custo de aquisição	3.442.657	19.292.754	-	22.735.411
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(2.826.165)	(18.178.858)	-	(21.005.023)
Valor líquido	616.492	1.113.896	-	1.730.388
Adições	-	-	233.700	233.700
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	-	233.700	(233.700)	-
Perdas por imparidade	-	-	-	-
Amortização - período	(157.402)	(892.290)	-	(1.049.692)
Amortização - alienações	-	-	-	-
Amortização - transferências e abates	-	-	-	-
Valor líquido	459.090	455.306	-	914.396
31 de dezembro de 2012				
Custo de aquisição	3.442.657	19.526.454	-	22.969.111
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(2.983.567)	(19.071.148)	-	(22.054.715)
Valor líquido	459.090	455.306	-	914.396

A rubrica programas de computador, criada quando da conversão para o normativo SNC, é composta por software e o sistema *on-line*, os quais foram reclassificados, à data de transição, a partir de propriedade industrial, equipamento informático e equipamento básico.

8. Participações financeiras - outros métodos

O saldo registado nesta rubrica refere-se à participação de 5,2% no capital social da SLE – *Services aux Loteries en Europe*, entidade constituída para a gestão do jogo Euromilhões e na qual o Departamento de Jogos participa na condição de *lottery operator* do Jogo Social de Apostas Mútuas Europeu - Euromilhões.

9. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2012, a rubrica de Outros ativos financeiros apresenta a seguinte decomposição:

	(euros)	
	2012	2011
Fundos obrigatórios	105.694.443	92.671.450
Outros ativos financeiros	20.275	19.562
Total	105.714.718	92.691.011

O saldo de Fundos obrigatórios refere-se maioritariamente aos Fundos constituídos pelo Departamento de Jogos, no âmbito das obrigações assumidas com a atribuição da concessão da exploração dos Jogos Sociais, para reclamações e pagamentos de prémios, e ainda para renovação de equipamento e material.

Os Fundos a manter pelo Departamento de Jogos são constituídos de acordo com as seguintes regras:

	% Receitas	% Prémios	Limite máximo fixado (euros)	Legislação aplicável
Fundos para reclamação e pagamento de prémios				
Totaloto	0,5%	-	423.978	Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 mar., com as alterações introduzidas pelos Dec.-Lei n.º 387/86, de 17 nov. e n.º 258/97, de 30 set., republicado pelo Dec.-Lei n.º 317/2002, de 27 dez., e Dec.-Lei n.º 153/2000, de 21 jul.
Totobola	0,5%	-	74.820	
Totogolo	0,5%	-	74.820	Dec.-Lei n.º 225/98, de 17 jul (jogo suspenso)
Joker	2,0%	-	1.000.000	Dec.-Lei n.º 412/93, de 21 dez. e Dec.-Lei n.º 153/2009, de 2 jul
Euromilhões (a)	1,0%	-	150.000.000	Dec.-Lei n.º 210/2004, de 20 ago, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 mar.
Fundo para pagamento do 1º prémio				
Totaloto (b)	-	10,0%	Não definido	Dec.-Lei n.º 200/2009, de 27 de ago., regulamentado pela Portaria n.º 102/2011, de 11 de mar.
Fundos para renovação de equipamento e material				
Totaloto	2,0%	-	24.939.895	Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 mar., Dec.-Lei n.º 387/86, de 17 nov. e Dec.-Lei n.º 153/2000, de 21 jul.
Totogolo	1,0%	-	748.197	Dec.-Lei n.º 225/98, de 17 jul (jogo suspenso)
Totobola	1,0%	-	748.197	Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 mar. e Dec.-Lei n.º 387/86, 17 nov.
Euromilhões	1,0%	-	20.000.000	Dec.-Lei n.º 210/2004, de 20 ago.

(a) Percentagem de retenção e limite máximo aplicáveis a partir de março de 2011. Até fevereiro a percentagem de retenção era de 0,5% e o limite de 50.000.000.

(b) Percentagem de retenção aplicável a partir de 13 de março de 2011. Até esta data a percentagem de retenção era de 12%. Este fundo é incrementado ou utilizado consoante o montante para prémios da categoria "Número da Sorte" seja superior, ou inferior ao valor de prémios a pagar desta categoria, respectivamente.

O Decreto-Lei n.º 153/2000, de 21 de julho, alargou o âmbito do Fundo de renovação do equipamento e material de forma a dar cobertura à reorganização do Departamento de Jogos, decorrente da implementação do sistema *on-line*. Assim, tais Fundos podem ser utilizados "para suportar quaisquer despesas com a implementação do sistema de registo de apostas em tempo real (sistema *on-line*), nomeadamente as relativas à imagem, agentes, pessoal, renovação das instalações, renovação de material e equipamento, e outros".

O Decreto-Lei n.º 153/2009, de 2 de julho, veio permitir que "a participação no Joker seja realizada em simultâneo com todos os Jogos Sociais do Estado, nomeadamente com o Euromilhões". A republicação do Decreto-Lei n.º 412/93, de 21 de dezembro pelo Decreto-Lei n.º 153/2009, de 2 de julho, alterou o limite do Fundo para pagamento de prémios do Joker de 997.596 euros para 1.000.000 euros.

O Decreto-Lei n.º 200/2009, de 2 de julho, autorizou a constituição de um Fundo que garanta o montante mínimo de 1.000.000 euros para o primeiro prémio do Totaloto, cujo valor inicial foi de 5.000.000 euros por utilização do Fundo de renovação do equipamento e material. Este valor será reembolsado a partir de 1 de janeiro de 2012 "à razão de, pelo menos, 0,3% do valor semanal do Fundo para o primeiro prémio do Totaloto, referido no número anterior, até integral pagamento".

Em 31 de dezembro de 2011 e 2012, o detalhe dos Fundos obrigatórios constituídos é como segue:

	(euros)			
	Fundo para renovação do equipamento e material	Fundo para reclamação e pagamento de prémios	Fundo para pagamento 1º prémio Totoloto e "Número da Sorte"	Total
1 de janeiro de 2011	39.959.565	31.324.429	4.688.293	75.972.287
Reforços	2.825.221	9.974.443	12.897.334	25.696.998
Utilizações	(2.712.398)	-	(6.285.438)	(8.997.836)
31 de dezembro de 2011	40.072.388	41.298.872	11.300.189	92.671.450
1 de janeiro de 2012	40.072.388	41.298.872	11.300.189	92.671.450
Reforços	155.714	10.476.208	10.133.323	20.765.245
Utilizações	(451)	-	(7.741.801)	(7.742.252)
31 de dezembro de 2012	40.227.651	51.775.080	13.691.711	105.694.443

Os “Outros ativos financeiros” referem-se a uma barra de ouro detida pelo Departamento de Jogos, a qual se encontra valorizada ao justo valor, sendo que os efeitos de atualização do justo valor para o período findo a 31 de dezembro de 2012 ascenderam a 713 euros (2011: 2.596 euros).

10. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2011 e 2012 é como segue:

	(euros)	
	2012	2011
Consumíveis para jogo	235.158	178.558
Bilhetes de Lotaria Instantânea	1.657.948	579.203
Bilhetes de Apostas Mútuas	352.621	167.407
Papel térmico	1.600.084	259.606
Papel térmico (em trânsito)	29.871	29.871
Imparidade de inventários	(18.702)	(18.659)
Total inventários	3.856.979	1.195.986

O custo dos inventários reconhecido no período como gasto, e incluído na rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” totalizou 7.393.638 euros.

Imparidade de inventários

Registaram imparidades de inventários, no período de 2012, no valor 18.702 euros, correspondendo 11.113 euros e 7.589 euros a bilhetes de Apostas Mútuas e Lotaria Instantânea, respetivamente.

11. Mediadores

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012, a decomposição da rubrica de Mediadores, é como se segue:

(euros)						
	2012			2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Mediadores	41.355.247	1.875.000	43.230.247	42.955.795	3.750.000	46.705.795
Mediadores cobrança duvidosa	1.205.486	-	1.205.486	970.607	-	970.607
	42.560.733	1.875.000	44.435.733	43.926.402	3.750.000	47.676.402
Ajustamentos de mediadores	(1.205.486)	-	(1.205.486)	(970.607)	-	(970.607)
Plano pagamentos mediadores	(48.883)	(162.746)	(211.629)	(48.883)	(355.316)	(404.198)
Total mediadores	41.306.365	1.712.254	43.018.619	42.906.912	3.394.684	46.301.597

Nesta rubrica encontram-se registados os valores a receber dos mediadores do Departamento de Jogos, referentes às receitas de Apostas Mútuas (Totobola, Totoloto, Euromilhões e Joker), Lotaria Nacional (Lotaria Clássica e Lotaria Popular) e Lotaria Instantânea.

Os mediadores mais relevantes são a “Casa da Sorte” e a “Casa Campião”, cujos saldos brutos ascendem, respectivamente, a 12.795.541 euros e 3.347.372 euros em 31 de Dezembro de 2012 (2011: 16.786.616 euros e 3.660.814 euros).

Relativamente à Casa da Sorte foi negociada e aprovado pela deliberação n.º 96/2011, de 27 de janeiro, da Mesa da Santa Casa, plano de pagamentos relativo ao jogo entregue (em particular a Lotaria Nacional). Os saldos a receber a 31 de dezembro de 2012, englobam o referido plano de pagamentos, ocorrido em janeiro de 2011 (prestações mensais a produzir efeitos em janeiro de 2011 e a terminar em dezembro de 2014). Dado que as condições de recebimento não são comparáveis às condições habituais de negócio, de acordo com os normativos do SNC, procedeu-se ao reconhecimento contabilístico do desconto do valor abrangido pelo plano de pagamento, tendo sido aplicada uma taxa de desconto correspondente à Euribor a 30 dias (taxa de fecho do último dia do mês para o qual a operação produz efeitos), acrescida de um *spread* de 2,25% e de taxa de risco de 2%. O efeito de atualização da dívida em função do período decorrido teve um impacto positivo de 192.570 euros em resultados (2011: 282.604 euros negativos).

11.1 Imparidade de mediadores

(euros)		
	2012	2011
1 de janeiro	970.607	958.752
Aumentos	318.328	46.116
Utilizações	(17.418)	(29.411)
Reversões	(66.031)	(4.850)
31 de dezembro	1.205.486	970.607

11.2 Detalhe da imparidade por natureza de Jogo Social

(euros)

	2012			2011		
	Apostas Mútuas	Lotaria Nacional	Lotaria Instantânea	Apostas Mútuas	Lotaria Nacional	Lotaria Instantânea
1 de Janeiro	803.806	157.621	9.179	790.237	157.421	11.094
Aumentos	279.909	571	37.849	45.914	200	2
Utilizações	(15.475)	(63)	(1.880)	(29.411)	-	-
Reversões	(60.553)	(63)	(5.415)	(2.933)	-	(1.917)
31 de dezembro	1.007.687	158.066	39.733	803.806	157.621	9.179

A variação ocorrida na rubrica de imparidade deveu-se a situações de incumprimentos, as quais sofreram um acréscimo relativamente a 2012, o qual acompanhou o aumento das vendas brutas.

12. Estado e outros entes públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012, os saldos de Estado e outros entes públicos, são como se segue:

(euros)

	2012		2011	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos s/ rendimento - IRS e IRC	-	3.713	-	34.681
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	2.995	-	-	-
Contribuições p/ segurança social	-	-	-	-
Imposto do selo	-	6.640.333	-	6.705.659
Total	2.995	6.644.046	-	6.740.340

O saldo credor de Imposto s/rendimento – IRS e IRC e Imposto do Selo é referente ao mês de dezembro, não existindo qualquer valor em mora.

13. Outras contas a receber

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012, a decomposição da rubrica “Outras contas a receber”, é como segue:

(euros)

		2012			2011		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Pessoal	i)	35.735	-	35.735	27.792	-	27.792
Outras contas a receber							
Euromilhões - Primary Insurance	ii)	6.107.461	-	6.107.461	7.017.233	-	7.017.233
Euromilhões - Pre-deposit amount	iii)	6.904.129	-	6.904.129	6.843.404	-	6.843.404
Euromilhões (Saldo Inicial) - Booster	iv)	3.055.447	-	3.055.447	3.055.447	-	3.055.447
Euromilhões - Mutual Insurance	v)	2.000.000	-	2.000.000	2.000.000	-	2.000.000
Entidades relacionadas	vi)	681.004	-	681.004	3.408.756	-	3.408.756
Benefícios de reforma	vii)	216.170	-	216.170	-	-	-
Outras	viii)	211.477	-	211.477	239.059	-	239.059
Devedores por acréscimos de rendimentos		5.096.213	-	5.096.213	5.226.117	-	5.226.117
Ajustamentos		-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber		24.307.636	-	24.307.636	27.817.808	-	27.817.808

13.1 Pessoal

- i) As dívidas ativas ao pessoal referem-se a adiantamentos sobre ajudas de custo atribuídos a colaboradores do Departamento de Jogos e empréstimos concedidos.

13.2 Outras contas a receber

- ii) Euromilhões – *Primary Insurance*: Depósito obrigatório a constituir pelas entidades exploradoras do Jogo Euromilhões, junto da entidade financeira que assume a gestão dos ativos de exploração do jogo, o qual corresponde a um terço da média de vendas de jogo do último semestre;
- iii) Euromilhões – *Pre-deposit Insurance*: Contrapartida financeira assumida pelo Departamento de Jogos enquanto entidade exploradora do jogo Euromilhões. Este depósito, também designado como *Relevant Deposit Amount/ Default Insurance* é calculado em função dos resultados de vendas europeias de Jogo e das transferências realizadas segundo a afetação de resultados internacional e corresponde na globalidade a 2,5 vezes da média das transferências dos operadores de lotaria que exploram o jogo Euromilhões. O Departamento de Jogos deverá proceder ao depósito de acordo com a sua proporção no total das vendas das 9 entidades europeias (*costsharing*).
- iv) Euromilhões - Saldo Inicial – *Booster*: O Departamento de Jogos deve proceder a deduções específicas para reforço do fundo de reserva para prémios de jogo Euromilhões. Este foi o valor inicial que o Departamento de Jogos depositou junto da entidade financeira que assume a gestão dos ativos de exploração do jogo, o qual se encontra segregado dos movimentos de constituição e utilização ocorridos desde 2004, registados na rubrica de “Prémios a pagar”;
- v) Euromilhões – *Mutual Insurance*: Valor de caução entregue pelo Departamento de Jogos como entidade exploradora do jogo Euromilhões, a qual permanecerá retida enquanto o Departamento de Jogos for elemento do sistema de Jogo;
- vi) Entidades relacionadas: Saldos de conta-corrente que o Departamento de Jogos mantém com as restantes unidades da Santa Casa, fruto de transações operacionais;
- vii) Benefícios de reforma: Ver Nota 19;
- viii) Outros: O valor de 203.510 euros, incluído no saldo em aberto, refere-se a um adiantamento efetuado a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, sobre a transmissão do título de propriedade do edifício sede do Departamento de Jogos na Rua das Taipas, situação que continua a ser negociada por ambas as partes. Adicionalmente, esta situação tem que ser ulteriormente objeto de apropriada resolução jurídica.

13.3 Devedores por acréscimos de rendimentos

O detalhe dos devedores por acréscimos de rendimentos é como segue:

		(euros)	
		2012	2011
Juros a receber	a)	3.751.960	3.744.457
Outros devedores por acréscimos de rendimentos	b)	98.631	-
Lotaria Nacional	b)	519.117	292.576
Totobola	b)	3.245	6.366
Totoloto	b)	51.349	78.850
Euromilhões	b)	650.882	1.062.608
Joker	b)	21.030	41.260
Total		5.096.213	5.226.117

a) Saldo referente à especialização de rendimentos dos Fundos *on-line* (ver Nota 30) e aplicações de tesouraria de curto-prazo;

b) Especializações várias, das quais se destacam prémios caducados de Apostas Mútuas.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

14. Diferimentos – gastos a reconhecer

Em 31 de dezembro de 2011 e 2012 o Departamento de Jogos tem registado na rubrica de Diferimentos – gastos a reconhecer, os seguintes saldos:

		(euros)	
		2012	2011
Especialização da remuneração dos mediadores pagas p/ jogadores	i)	1.004.988	1.610.803
Seguros		29	1.002
Outros	ii)	397.721	95.565
Gastos a reconhecer		1.402.737	1.707.369

i) Os valores reconhecidos nesta rubrica respeitam ao diferimento inicial destas remunerações, relativas às apostas cujas vendas são antecipadas.

ii) Nesta rubrica encontram-se registados diversos pré-pagamentos por conta de serviços a obter como: contratos de manutenção, assistência técnica, rendas, entre outros.

15. Fundo social

O Departamento de Jogos não possui autonomia jurídica da Santa Casa pelo que não tem capital social estatutário. O montante reconhecido como “Fundo social” refere-se ao valor de entradas em espécie ocorridas à data da sua constituição.

16. Resultados transitados

De acordo com o Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelos Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março e Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro todos os resultados gerados pelo Departamento de Jogos são distribuídos pelos beneficiários dos Jogos Sociais. Aqueles resultados estão sujeitos à retenção do montante exigido para a constituição do Fundo de renovação do equipamento de jogo *on-line*.

O detalhe de aplicação do resultado líquido do Departamento de Jogos para os períodos findos a 31 de dezembro de 2011 e 2012 é como segue:

	(euros)	
	2012	2011
Resultado distribuído	534.326.608	523.133.806
Resultado retido (constituição fundos <i>on-line</i>)	131.058	2.825.221
	534.457.666	525.959.028

O resultado do Departamento de Jogos do período vai sendo antecipadamente distribuído pelos diversos beneficiários, com base nos resultados mensais, segundo as percentagens constantes no Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelos Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março e Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro. De referir, ainda, a Portaria n.º 6/2012 e a Portaria n.º 7/2012, ambas de 3 de janeiro, e Portaria n.º 54/2012, de 5 de março, que regulamentam a repartição das verbas destinadas à Presidência do Conselho de Ministros e ao Ministério da Saúde, e Ministério da Administração Interna, respetivamente.

Em 2012, as distribuições foram efetuadas conforme o Decreto-Lei n.º 106/2011 de 21 de outubro, regulamentado pelas Portaria n.º 6/2012 e Portaria n.º 7/2012, ambas de 3 de janeiro e Portaria n.º 54/2012, de 5 de março.

A distribuição pelos beneficiários é a seguinte:

		(euros)	
Beneficiários		2012	2011
Ministério da Administração Interna	Autoridade Nacional de Proteção Civil	14.323.417	13.985.093
	Secretaria-Geral do MAI (Riscos sociais)	1.551.273	1.514.631
	Secretaria-Geral do MAI (Policiamento de espetáculos desportivos)	3.567.927	3.483.651
Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público		11.789.672	11.511.196
Presidência do Conselho Ministros	Instituto do Desporto de Portugal (Atividades Desportivas)	-	32.810.309 (a)
	Instituto Português da Juventude (atividades e infraestruturas juvenis)	-	6.309.675 (a)
	Instituto do Desporto de Portugal (Futebol)	-	2.313.547 (a)
	Fundo de Fomento Cultural	18.100.094	2.948.432 (b)
	Instituto Português do Desporto e Juventude	48.342.851	7.874.855 (b)
	Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade	2.588.686	421.687 (b)
Fundo de Fomento Cultural		-	14.722.575 (a)
Ministério da Solidariedade e Segurança Social	IGFSS (Desenv. programas, medidas e projetos apoio - A. Social)	-	54.221.139 (a)
	IGFSS (Cobertura despesas de ISS com Ação Social)	-	38.783.468 (a)
	IGFSS (Apoio para Ação Social FSS - IPSS)	-	11.693.931 (a)
	IGFSS (Prevenção, reabilitação e apoio a def. graves e profundos)	-	10.431.996 (a)
	IGFSS (Combate à pobreza e exclusão social)	-	9.590.706 (a)
	IGFSS (Projetos especiais de apoio a crianças carenciadas e em risco)	-	7.108.900 (a)
	IGFSS (Projetos e ações de auxílio a idosos carenciados)	-	7.108.900 (a)
	IGFSS (Medidas e projeto de apoio à família e à criança)	-	1.261.935
	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	172.346.386	28.074.531 (a)
	INATEL (Turismo social e sénior, organização de tempos livres)	6.153.381	6.008.036 (b)
Ministério da Saúde		85.009.738	83.001.779
Ministério Educação e Ciência	Desporto escolar	5.170.909	5.048.770
	Projetos especiais destinados a estudantes do ensino secundário	2.533.745	2.473.897
Direção Regional de Juventude e Desporto - Madeira		1.034.182	1.009.754
Instituto de Desporto dos Açores		1.034.182	1.009.754
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa		143.544.424	140.153.856
Subtotal dos Resultados a Distribuir		517.090.866	504.877.003
Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão		3.636.824	4.340.958
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa		13.598.917 (c)	13.915.845
TOTAIS		534.326.608	523.133.806

(a) Valores atribuídos de janeiro a outubro, conforme Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 março.

(b) Valores atribuídos em novembro e dezembro, conforme Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 outubro.

(c) Estão incluídos neste montante os prémios caducados da Lotaria Nacional e do Euromilhões (12.354 mil euros), 4,7% do Resultado da Lotaria Nacional e 0,225% do capital emitido destas Lotarias (1.158 mil euros) e Coimas - Lei n.º 30/2006 (88 mil euros).

17. Outras variações no capital próprio

A rubrica “Outras variações no capital próprio” refere-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012:

	(euros)	
	2012	2011
1 de janeiro	42.669.239	40.490.192
Adições	131.058	2.825.221
Regularização por resultados	(1.131.527)	(646.174)
Transferências	24.656	-
31 de dezembro	41.693.426	42.669.239

Os valores apresentados correspondem à rubrica Fundos *on-line*, que representa as responsabilidades previstas na legislação aplicável ao Departamento de Jogos, quanto à constituição de Fundos para reestruturação e investimento do sistema e equipamento de jogo *on-line* (ver Nota 9 – Outros ativos financeiros).

O valor de adições/ reforços resulta de retenções efetuadas para o Fundo de renovação do sistema *on-line*, cujo âmbito foi alterado através do Decreto-Lei n.º 153/2000, de 21 de julho, sendo valores referentes essencialmente a investimentos efetuados durante o período.

O valor de regularização por resultados resulta da compensação de amortizações de equipamento pertencente ao sistema de jogo *on-line*.

18. Provisões

Em 31 de dezembro de 2011 e 2012, o detalhe da rubrica de “Provisões” apresenta os seguintes valores:

	(euros)					
	Processos judiciais	Pagamentos de prémios			Outras provisões	Total
		Joker	Totobola	Totoloto	Euromilhões	
1 de janeiro de 2011	15.053	710.844	74.820	423.978	29.750.811	30.975.506
Dotação	-	384.019	-	-	9.974.443	10.358.462
Utilização	-	(94.863)	-	-	-	(94.863)
Atualização efeito desconto	-	-	-	-	-	-
Reversão	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2011	15.053	1.000.000	74.820	423.978	39.725.254	41.239.105
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	15.053	1.000.000	74.820	423.978	39.725.254	41.239.105
	15.053	1.000.000	74.820	423.978	39.725.254	41.239.105
1 de janeiro de 2012	15.053	1.000.000	74.820	423.978	39.725.254	41.239.105
Dotação	213.643	589.354	-	-	10.476.208	11.279.205
Utilização	-	(699.978)	-	-	-	(699.978)
Atualização efeito desconto	-	-	-	-	-	-
Reversão	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2012	228.695	889.376	74.820	423.978	50.201.463	51.818.332
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	228.695	889.376	74.820	423.978	50.201.463	51.818.332
	228.695	889.376	74.820	423.978	50.201.463	51.818.332

18.1 Processos judiciais

Provisão constituída segundo a avaliação que o Departamento de Jogos efetua da sua exposição a contingências jurídicas, nomeadamente processos de natureza cível nos quais o Departamento de Jogos é réu.

18.2 Pagamentos de prémios

A constituição de provisões para pagamento de prémios de Jogos Sociais resulta da aplicação dos pressupostos dos diplomas legais que regulam a exploração dos Jogos Sociais, encontrando-se o Departamento de Jogos obrigado a cativar determinadas percentagens das receitas de Totoloto, Totobola, Joker e Euromilhões para eventuais reclamações de prémios (ver Nota 3.14 – Provisões). A variação deveu-se ao reforço da provisão para pagamento de prémios Euromilhões, para o qual ainda não havia sido atingido o limite previsto na republicação do Decreto-Lei n.º 210/2004, pelo Decreto-Lei 44/2011 de 24 de março, e ainda devido à utilização pelo pagamento de prémios do Joker e o seu consequente reforço.

19. Responsabilidades por benefícios pós-emprego e outros

O Fundo de Pensões foi constituído com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondendo ao número de anos e meses contados desde a data de inscrição na Segurança Social, até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (CGA), assim como os complementos de reforma previstos nos Decretos-Lei n.º 247/80, de 24 de julho, e n.º 94/2000, de 23 de maio. Para cobertura das responsabilidades para complementos de pensões de reforma, o Departamento Jogos contribui para um Fundo de Pensões autónomo, para o qual é transferida a totalidade das responsabilidades e as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se forem vencendo em cada um dos períodos.

Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras do Departamento de Jogos é como segue:

	(euros)	
	2012	2011
Impacto no balanço		
Complementos de pensões	216.170	(337.792)
	216.170	(337.792)
Impacto em gastos na demonstração dos resultados		
Complementos de pensões	553.962	(1.068.981)
	553.962	(1.068.981)

A significativa oscilação verificada nos impactos decorre da diminuição do valor dos ativos do Fundo no ano 2012 não ter sido acentuada como em anos anteriores, decorrente da redução do montante de pagamentos mensais de pensões por força da aplicação da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012) e por ter sido obtida uma rentabilidade positiva acumulada em 2012 de 5,21%, muito por força da alteração da Política de Investimento do Fundo de Pensões, promovida pela Mesa da SCML.

Os estudos atuariais desenvolvidos por entidade independente, com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2012, para apuramento das responsabilidades acumuladas a essas datas, tiveram por base os mesmos pressupostos, conforme mapa seguinte:

	2012	2011
Taxa anual de desconto	4,50%	4,50%
Taxa anual de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa anual de crescimento das pensões		
<i>Até 2015</i>	0,00%	0,00%
<i>Após 2015</i>	1,25%	1,25%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80

19.1 Plano de pensões

Em 31 de dezembro de 2011 e 2012 a cobertura das responsabilidades do Departamento de Jogos pelos ativos do Fundo era a seguinte:

	(euros)	
	2012	2011
Valor presente da obrigação	(17.285.053)	(18.041.845)
Justo valor dos ativos do plano	17.501.223	17.704.053
Impacto no balanço	216.170	(337.792)

A evolução verificada no valor presente da obrigação com o Plano de Pensões nos períodos findos a 31 de dezembro de 2011 e 2012 detalha-se como segue:

	(euros)	
	2012	2011
1 de janeiro	18.041.845	19.178.006
Custo serviços correntes	-	-
Custo dos juros	819.324	860.200
Pagamento de benefícios	(1.141.028)	(1.952.197)
(Ganhos)/perdas atuariais	(435.088)	(44.164)
31 de dezembro	17.285.053	18.041.845

O património dos fundos afetos ao financiamento das responsabilidades acima referidas teve a seguinte evolução, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2011 e 2012:

	(euros)	
	2012	2011
1 de janeiro	17.704.053	19.909.194
Contribuições entregues	-	-
Ganhos/ (perdas) atuariais	270.488	(1.062.806)
Benefícios pagos	(1.141.028)	(1.952.197)
Retorno esperado dos ativos do fundo	667.709	809.862
31 de dezembro	17.501.223	17.704.053

A taxa de retorno esperada dos ativos do plano para 2012 foi determinada com base numa estimativa do retorno esperado dos ativos do plano a longo prazo e pela estratégia de investimentos a realizar.

O Fundo de Pensões, na sua totalidade era composto pelos seguintes ativos, com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2012:

	(euros)	
	2012	2011
Obrigações	70.459.624	51.655.961
Depósitos curto prazo	11.727.156	9.006.403
Ações	-	4.913.958
Fundos investimento	5.539.094	25.147.318
	87.725.874	90.723.640

Os impactos do plano na demonstração dos resultados são como segue:

	(euros)	
	2012	2011
Custos serviços correntes	-	-
Custos dos juros	(819.324)	(860.200)
Ganhos / (perdas atuariais)	705.576	(1.018.642)
Retorno estimado dos ativos do plano	667.709	809.862
Total incluído em gastos com pessoal	553.962	(1.068.981)

20. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2011 e 2012 a decomposição da rubrica “Fornecedores” era como segue:

							(euros)
Descrição		2012			2011		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores gerais	i)	3.939.609	-	3.939.609	6.404.247	-	6.404.247
Total saldo fornecedores		3.939.609	-	3.939.609	6.404.247	-	6.404.247

i) Fornecedores gerais: saldos credores referentes a transações de natureza operacional, como sejam serviços publicitários ou meios de produção televisiva.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2012, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

(euros)		
Entidade	2012	2011
PT Prime	25.973	766.427
Executive Media	-	1.735.064
Gtech Global Services	-	1.652.243
Accenture, Consultores de Gestão, S.A.	732.344	-
Scientific Games International, LTD.	689.883	93.050
Urbanos, Soluções S.A.	331.966	-
Outros	2.159.442	2.157.463
Total	3.939.609	6.404.247

21. Prémios a pagar

Em 31 de dezembro de 2011 e 2012 a decomposição da rubrica “Prémios a pagar” era como segue:

(euros)							
Descrição		2012			2011		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Prémios a pagar	i)	15.366.625	-	15.366.625	28.550.027	-	28.550.027
Euromilhões - 50%	ii)	(44.164.558)	-	(44.164.558)	(33.180.935)	-	(33.180.935)
Euromilhão - Booster	ii)	40.876.883	-	40.876.883	25.358.927	-	25.358.927
Euromilhões Jackpot	ii)	3.287.675	-	3.287.675	7.822.007,4	-	7.822.007,4
Lotaria Instantânea	iii)	1.110.068	3.980.701	5.090.769	240.000	748.991	988.991
Fundo pagamento prémios Totoloto	iv)		13.691.711	13.691.711		11.300.189	11.300.189
Outros		532.183	-	532.183	140.687	-	140.687
Total prémios a pagar		17.008.877	17.672.411	34.681.288	28.930.714	12.049.181	40.979.894

i) Prémios a pagar: saldo referente a prémios a pagar quanto às categorias de Apostas Mútuas e Lotaria Nacional. Os prémios abaixo de 150 euros são pagos diretamente pelos mediadores, sendo reembolsados pelo Departamento de Jogos. Quando se trata de prémios de Apostas Mútuas e valores entre 150 euros e 5.000 euros, estes são pagos através da emissão de ordem de pagamento a favor do premiado, entregues aos mediadores. Os restantes prémios são pagos diretamente pelo Departamento de Jogos;

- ii) Euromilhões 50%: saldo corresponde a 50% das vendas destinado a prémios; EM Booster: fundo de reserva do jogo de Apostas Mútuas Euromilhões, utilizado para pagamento de *jackpots*, o qual serve apenas para cumprir obrigações de jogo; Euromilhões *jackpot*: Saldo referente a pagamento de prémios de *jackpot*. As três contas equilibram-se;
- iii) Lotaria Instantânea: saldo referente aos prémios dos concursos “Pé de Meia”, “Super Pé de Meia” e “Mini Pé de Meia”, concursos em relação ao qual foram definidos pagamentos mensais aos vencedores para um período máximo de 12 anos;
- iv) Fundo para pagamento prémios do Totoloto: fundo que garante o valor mínimo de 1.000.000 euros para pagamento do 1º prémio, conforme Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto e assegura, quando necessário, o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada “Número da Sorte”, conforme previsto na Portaria nº 102/2011, de 11 de março.

22. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2011 e 2012 a decomposição da rubrica “Outras contas a pagar” era como segue:

(euros)							
		2012			2011		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos		2.479	-	2.479	1.288.847	-	1.288.847
Outros credores							
Lucros - resultados antecipados	i)	104.735.158	-	104.735.158	98.685.672	-	98.685.672
Partes Relacionadas	ii)	1.766.834	-	1.766.834	5.107.948	-	5.107.948
Cauções mediadores (numerário)	iii)	5.839.509	-	5.839.509	5.426.554	-	5.426.554
Cartões portal	iv)	3.193.739	-	3.193.739	2.909.645	-	2.909.645
Vendas portal	v)	224.308	-	224.308	12	-	12
Benefícios de reforma	vi)	0	-	-	337.792	-	337.792
Outros		21.839	-	21.839	23.547	-	23.547
Credores por acréscimos de gastos	vii)	28.240.598	-	28.240.598	11.579.067	-	11.579.067
Outras contas a pagar		144.024.463	-	144.024.463	125.359.082	-	125.359.082

- i) Lucros – resultados antecipados: conta através da qual são registados os apuramentos de resultados a distribuir pelos beneficiários dos Jogos Sociais, conforme as disposições do Decreto-Lei nº 56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março e Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro;
- ii) Partes relacionadas: conta que espelha as transações em conta-corrente entre a Santa Casa e o Departamento de Jogos;
- iii) Cauções agentes (numerário): saldo de cauções prestadas pelos mediadores dos Jogos Sociais, as quais os habilitam a desenvolver venda de jogo nos pontos de venda;
- iv) Cartões portal: saldo corrente a favor dos apostadores dos Jogos Sociais, associado aos carregamentos de cartões de jogo;

- v) Vendas portal: variação decorre de no final do exercício de 2011, este coincidir com o final de uma semana civil, tendo todos os movimentos dos concursos sido reconhecidos como rédito;
- vi) Benefícios de reforma: impacto no balanço da atualização das responsabilidades e do valor dos ativos do Fundo de Pensões, conforme descrito na Nota 19.
- vii) Credores por acréscimos de gastos: este saldo respeita a especializações de gastos de natureza diversa, os quais se resumem como segue:

		(euros)	
Credores por acréscimos de gastos		2012	2011
Remunerações a pagar	a)	1.122.361	1.155.787
Prémios Lotaria Instantânea	b)	10.878.308	4.936.555
Comissões 2% s/prémios Lot. Inst.	c)	4.538.540	2.443.651
Outros credores por acréscimos de gastos	d)	10.591.337	3.033.624
Lotaria Nacional	e)	1.110.053	9.449
Total		28.240.598	11.579.067

- a) Remunerações a pagar: especialização de remunerações de colaboradores, face a direitos adquiridos e reconhecidos durante o período, a serem pagos durante o período subsequente;
- b) Prémios Lotaria Instantânea: especialização efetuada em função do desvio dos prémios reais pagos em relação aos prémios líquidos, sempre que os primeiros sejam inferiores aos segundos;
- c) Comissões 2% s/ prémios Lotaria Instantânea: especialização da remuneração dos mediadores de Lotaria Instantânea. Estes rendimentos apenas são pagos aos mediadores quando o determinado jogo é dado por concluído pelo Departamento de Jogos;
- d) Outros credores por acréscimos de gastos: especializações de custos operacionais diversos (assistência a terminais de jogo, encargos com linhas de telecomunicações dos terminais, entre outros);
- e) Lotaria Nacional: Especialização das remunerações pagas aos mediadores pelos jogadores, consoante a data da realização da extração.

23. Diferimentos – rendimentos a reconhecer

Em 31 de dezembro de 2011 e 2012 o Departamento de Jogos tem registado na rubrica de “Diferimentos – Rendimentos a reconhecer” os seguintes saldos:

(euros)		
	2012	2011
Vendas antecipadas	10.348.032	15.665.728
Outros rendimentos a reconhecer	-	3.482
Rendimentos a reconhecer	10.348.032	15.669.210

Vendas antecipadas: este saldo refere-se à especialização de apostas de Jogos Sociais com a natureza de Apostas Mútuas e Lotaria Nacional, cujas extrações/sorteios apenas irão ocorrer após a data do Balanço, como é o caso da Lotaria dos Reis.

24. Rédito

O detalhe do rédito reconhecido na demonstração dos resultados é como segue:

		(euros)	
Rédito de Jogos Sociais		2012	2011
Vendas brutas dos Jogos Sociais	i)		
Totobola		12.067.580	11.094.916
Totoloto		149.425.724	195.668.978
Joker		55.064.002	71.990.902
Euromilhões		1.047.599.466	1.059.982.278
Lotaria Clássica		59.937.746	64.725.821
Lotaria Popular		28.510.922	31.851.370
Lotaria Instantânea		376.515.884	207.193.112
Subtotal		1.729.121.324	1.642.507.377
Imposto do Selo	ii)		
Totobola		(519.656)	(477.781)
Totoloto		(6.434.600)	(8.425.996)
Joker		(2.371.177)	(3.100.116)
Euromilhões		(45.111.939)	(45.645.384)
Lotaria Clássica		(2.581.051)	(2.787.503)
Lotaria Popular		(1.227.743)	(1.371.713)
Lotaria Instantânea		(16.213.603)	(8.903.363)
Subtotal		(74.459.770)	(70.711.857)
Prémios	iii)		
Totobola		(7.240.707)	(6.657.381)
Totoloto		(82.185.760)	(107.621.111)
Joker		(30.286.176)	(39.596.578)
Euromilhões		(523.810.422)	(530.004.002)
Lotaria Clássica		(45.929.898)	(46.486.774)
Lotaria Popular		(19.284.965)	(22.239.103)
Lotaria Instantânea		(237.003.775)	(124.422.332)
Subtotal		(945.741.704)	(877.027.280)
Remunerações mediadores pagas p/jogadores	iv)		
Totobola		(797.646)	(735.587)
Totoloto		(9.827.616)	(12.886.395)
Joker		(3.670.340)	(4.841.455)
Euromilhões		(49.917.183)	(50.631.422)
Lotaria Clássica		(7.010.171)	(7.661.477)
Lotaria Popular		(3.202.919)	(3.641.355)
Lotaria Instantânea		(37.645.496)	(20.702.511)
Subtotal		(112.071.371)	(101.100.201)
Vendas líquidas dos Jogos Sociais		596.848.479	593.668.039
Outras vendas		5.898	16
Total		596.854.377	593.668.055

Os valores referentes ao Loto 2, de 1 de janeiro a 13 de março de 2011, encontram-se englobados com o Totoloto, uma vez que, a partir desta data o sorteio passou a ser realizado à quarta-feira, e os respetivos montantes registados conjuntamente com os do Totoloto.

- i. **Vendas brutas dos Jogos Sociais:** rendimentos das apostas efetuadas nos pontos de venda, líquidas das devoluções registadas até à data da extração/ concurso.
- ii. **Imposto do Selo:** efeito da incidência da taxa de imposto do selo de 4,5% sobre os Jogos Sociais, suportada pelo Departamento de Jogos. O imposto do selo encontra-se incluído no preço da aposta, a partir de setembro de 2009;
- iii. **Prémios:** valor de prémios de Jogos Sociais reconhecidos durante o período.
- iv. **Remunerações dos mediadores pagas pelos jogadores:** valor das remunerações incluídas no preço da aposta, como referido na Nota 3.20 – Rédito.

25. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em 2011 e 2012 é como segue:

	(euros)	
	2012	2011
Bilhetes de Lotaria Instantânea	4.260.894	2.783.254
Bilhetes de Apostas Mútuas	837.224	1.029.314
Papel térmico	2.118.008	1.995.001
Consumíveis para jogo	177.511	176.145
Total Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7.393.638	5.983.713

A reconciliação do custo das mercadorias e das matérias consumidas para os períodos findos a 31 de dezembro de 2011 e 2012 é como segue:

	(euros)	
	2012	2011
Existências iniciais	1.195.986	913.985
Compras	10.035.836	6.554.836
Regularizações	18.795	(289.121)
Existências finais	3.856.979	1.195.986
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7.393.638	5.983.713

26. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2012, o detalhe dos fornecimentos e serviços externos é como segue:

		(euros)	
		2012	2011
Comunicação	i)	8.257.957	8.256.421
Conservação e reparação		6.061.586	6.262.494
Publicidade e propaganda		15.463.968	23.621.776
Transporte de bens e valores		2.266.085	2.104.421
Comissões 2% s/prémios Lot. Inst.		4.271.052	2.313.611
Rendas de edifícios		764.767	807.831
Trabalhos especializados		5.104.939	4.944.937
Imputação de custos SCML/DJ	ii)	-	5.609.534
Outros		4.108.667	4.262.130
Fornecimentos e serviços externos		46.299.020	58.183.155

i) Comunicação: principal encargo corresponde aos custos com as linhas de telecomunicações ligadas aos terminais de jogo espalhados pelos pontos de venda;

ii) Imputação de custos SCML/DJ: o valor referente a 2011 enquadra-se no âmbito de um acordo de gestão e prestação de serviços entre a Santa Casa e o Departamento de Jogos, em que a Santa Casa foi remunerada pelo Departamento de Jogos pela utilização das instalações e pelos serviços prestados pelos serviços instrumentais (Direção Financeira, Direção de Recursos Humanos, Direção de Aprovisionamento e Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação) ao Departamento de Jogos. Este acordo resultou da reestruturação de todo o universo Santa Casa, tendo presente a aprovação e entrada em vigor dos novos Estatutos, pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro. Em 2012, a utilização das instalações e os serviços prestados pelos serviços instrumentais ao Departamento de Jogos estão refletidos nas contas do Departamento nas várias naturezas e mediante imputação de gastos.

27. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os períodos de 2011 e 2012, foram como segue:

	(euros)	
	2012	2011
Remunerações		
Órgãos sociais e júris concursos	222.773	283.470
Pessoal	10.884.314	7.222.194
Subtotal	11.107.087	7.505.665
Encargos sociais		
Prémios para benefícios reforma	(553.962)	1.068.981
Encargos sobre remunerações	2.172.552	1.447.370
Gastos de Ação social	33.237	42.204
Outros	240.724	225.154
Subtotal	1.892.551	2.783.709
Gastos com o pessoal	12.999.638	10.289.373

Nos períodos em análise, destacam-se:

- i) Aumento do número total de funcionários em 3 pessoas;
- ii) Reconhecimento de ganhos atuariais e dos rendimentos esperados do fundo, deduzidos de encargos com serviços correntes e juros, os quais produzem um impacto em resultados de 553.962 euros, conforme descrito na Nota 19;
- iii) Os gastos com pessoal, associados à imputação dos gastos com pessoal realizado pelos serviços instrumentais, conforme descritos na Nota 26, alínea ii) ascendem, em 2012, a 4.347.626 euros.

O número de empregados do Departamento de Jogos a 31 de dezembro de 2012 era de 278 (2011: 275).

28. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é apresentada como segue:

	(euros)	
	2012	2011
Prémios caducados i)	13.950.960	15.188.455
Correções relativas a períodos anteriores	196.162	1.094.300
Outros	1.595.312	1.365.255
Total	15.742.434	17.648.010

- i) Prémios caducados: rendimentos derivados da caducidade de prémios de jogo apurados, findo o período de 90 dias no qual estes prémios podem ser reclamados.

29. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas pode ser apresentada como segue:

	(euros)	
	2012	2011
Despesas bancárias	1.035.393	948.252
Correções relativas a períodos anteriores	9.545	940
Outros	288.531	766.374
Total	1.333.469	1.715.566

30. Juros e gastos e rendimentos similares

O detalhe dos juros e gastos e rendimentos financeiros do período em análise é como segue:

	(euros)	
	2012	2011
Juros e gastos similares		
Juros pagos	-	-
Outros	(83.161)	(702.639)
	(83.161)	(702.639)
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos (depósitos à ordem)	19.053	54.960
Juros obtidos (depósitos a prazo)	4.711.993	4.506.496
Outros Financiamentos Concedidos	192.570	419.891
Outros juros	73.361	654.593
	4.996.976	5.635.941

31. Compromissos

Os compromissos assumidos pelo Departamento de Jogos dizem respeito apenas a locações operacionais.

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de dezembro de 2012:

	(euros)		
Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Viaturas	25.294	16.970	-
	25.294	16.970	-

32. Matérias ambientais

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2012, o Departamento de Jogos, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental.

Em 31 de dezembro de 2012 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência, por haver a convicção de que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Entidade.

33. Partes relacionadas

O Departamento de Jogos integra a Santa Casa, que atua sob a tutela do Ministério da Solidariedade e Segurança Social.

33.1 Remunerações dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais do Departamento de Jogos (júris dos concursos, das extrações e das reclamações e administrador executivo) foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do Departamento de Jogos. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2012, as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais do Departamento de Jogos ascenderam a 222.773 euros.

	(euros)	
	2012	2011
Vencimentos	36.576	102.309
Remunerações dos júris dos concursos, extrações e reclamações	186.197	181.161
Total	222.773	283.470

O Departamento de Jogos suportou 75% dos encargos com remunerações dos administradores executivos entre janeiro de 2011 e 13 de setembro de 2011, passando a 49% dos encargos com remunerações do administrador executivo a partir dessa data.

33.2 Transações entre partes relacionadas**(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:*****Entidades do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:***

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Serviços Centrais (Santa Casa);

Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSA);

Hospital Ortopédico de Sant'Ana (HOSA);

Centro de Medicina e Reabilitação do Alcoitão (CMRA)

(b) transações e saldos pendentes***Entidades do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:***

Durante os períodos de 2011 e 2012, o Departamento de Jogos efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

Aquisição de serviços

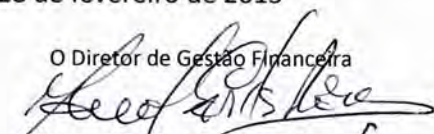
	(euros)	
	2012	2011
Aquisição de serviços		
Santa Casa	-	5.609.534
	-	5.609.534

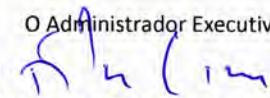
Saldos devedores e credores

No final dos períodos de 2011 e 2012, os saldos das partes relacionadas são compostos por movimentos de distribuição de resultados e movimentos operacionais de remunerações, aquisição de bens e serviços, aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, impostos e juros.

(euros)				
	2012		2011	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Outras contas a pagar / receber				
Santa Casa				
Referentes a remunerações	-	1.640.481	3.097.848	-
Referentes à aquisição de bens e serviços	530.068	-	-	4.677.539
Referentes à aquisição ativos fixos	-	-	-	120.035
Referentes a Impostos	-	256.195	-	26.078
Referentes a juros	-	181.066	-	434.742
	530.068	2.077.742	3.097.848	5.258.394
Hospital Ortopédico de Sant'Ana (HOSA)				
Referentes a remunerações	310.908	-	310.908	-
Referentes à aquisição de bens e serviços	150.532	-	150.446	-
Referentes à aquisição ativos fixos	-	-	-	-
Referentes a Impostos	-	-	-	-
Referentes a juros	-	-	-	-
	461.439	-	461.354	-
Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão (CMRA)				
Referentes a remunerações	-	-	-	-
Referentes à aquisição de bens e serviços	404	-	-	-
Referentes à aquisição ativos fixos	-	-	-	-
Referentes a Impostos	-	-	-	-
Referentes a juros	-	-	-	-
	404	-	-	-
Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSA)				
Referentes a remunerações	-	-	-	-
Referentes à aquisição de bens e serviços	-	-	-	-
Referentes à aquisição ativos fixos	-	-	-	-
Referentes a Impostos	-	-	-	-
Referentes a juros	-	-	-	-
	-	-	-	-
Outras contas a pagar / receber - resumo por natureza				
Referentes a remunerações	-	1.329.573	3.408.756	-
Referentes à aquisição de bens e serviços	681.004	-	-	4.527.093
Referentes à aquisição ativos fixos	-	-	-	120.035
Referentes a Impostos	-	256.195	-	26.078
Referentes a juros	-	181.066	-	434.742
	681.004	1.766.834	3.408.756	5.107.948
Distribuição de Resultados				
Santa Casa	-	28.979.517	-	28.585.794
Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão	-	612.702	-	805.201
	-	29.592.219	-	29.390.995
TOTAL	681.004	31.359.053	3.408.756	34.498.943

Lisboa, 28 de fevereiro de 2013

O Diretor de Gestão Financeira

 (Manuel Carlos Rodrigues Pereira)

O Administrador Executivo

 (Fernando Eduardo Cabral Paes de Sousa Afonso)



CONSELHO DE JOGOS

PARECER

2013.03.18

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e treze reuniu, na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o Conselho de Jogos que, para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 16.º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, deu, por unanimidade, parecer favorável ao *Relatório e Contas do Departamento de Jogos referente ao exercício de 2012*.

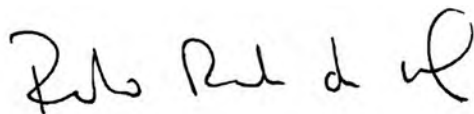
Dr. Pedro Miguel de Santana Lopes
Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Mestre Gabriel Cupertino Osório de Barros
Representante do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social

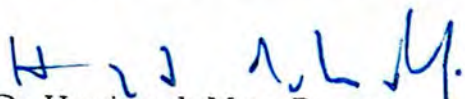
D.ª Maria Joaquina Isidoro dos Santos Concruta
Representante do Ministério das Finanças

Dr.ª Nelza Maria Alves Vargas Florêncio
Representante do Ministério da Administração Interna

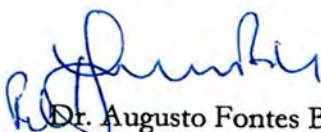
Prof. Doutor João Carvalho das Neves
Representante do Ministério da Saúde



Mestre Pedro Tiago Dantas Machado da Cunha
Representante do Ministério da Educação e Ciência



Dr. Henrique de Matos Parente
Representante da Secretaria de Estado da Cultura



Dr. Augusto Fontes Baganha
Representante do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares/Secretaria de Estado do Desporto e Juventude



Dr.ª Ana Sofia Nabais de Carvalho Bernardo dos Santos
Representante do Ministério da Economia e do Emprego

